



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 127

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 127

117ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Chico Noroeste..... 14

Dep. Tadeu Veneri..... 15

Dep. Plauto Miró 16

Dep. Elio Rusch 16

Dep. Luciana Rafagnin 17

Grande Expediente:

Sr. Heitor Rubens Raimundo 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 20

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró21

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....23

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch25

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli26

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente27

Discussão/Votação

Redação Final28

2ª Discussão28

1ª Discussão28

Requerimentos30

Encerramento da Sessão30

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....31

Diretoria Geral

Portarias31

Publicações Administrativas:

Termo Aditivo de Contrato32

DIÁRIO Nº 127

117ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

28 DE OUTUBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Ribas Carli Filho e Waldyr Pugliesi (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Alexandre Curi e Stephanes Júnior (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Professor Luizão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 035/08

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que solicita que não sejam computados nos limites estipulados no artigo 13 da Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, os créditos suplementares abertos aos orçamentos do Poderes Legislativos e Judiciários, do Ministério Público, das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde, até o montante de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), necessários ao cumprimento de determinações constitucionais e legais principalmente: artigo 212 da Constituição Federal, artigo 185 da Constituição Estadual, Emenda Constitucional nº 029/00, e artigo 6º da Lei Estadual 15609, de 22/08/07.

Esclareço que esta medida visa agilizar os meios para que os referidos Órgãos tenham à sua disposição as dotações orçamentárias necessárias ao cumprimento daqueles dispositivos legais, com tempo hábil à execução das despesas, que na maioria das vezes dependem de processo licitatório.

Certo de poder contar a atenção dessa Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Não serão computados nos limites estipulados pelo artigo 13 da Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, os créditos suplementares abertos aos orçamentos dos Poderes Legislativos e Judiciário, no Ministério Público e das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde, até o limite de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), necessários ao cumprimento de determinações constitucionais e legais principalmente: artigo 212 da Constituição Federal, artigo 185 da Constituição Estadual, Emenda Constitucional nº 029/00 e artigo 6º da Lei Estadual 15609, de 22/08/07.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios

OFÍCIO

Sob o nº 2631/08-GS/SEED da Sra. Cinthya Vernizi Adachi de Menezes - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que solicita esclarecimentos sobre as obras, construção ou restauração que estão sendo realizadas nas escolas estaduais que pertençam aos municípios da região da COMCAM. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 28/10/08.

Senhor Presidente:

Informamos V. Exa. que o Deputado Professor Luizão estará afastado dos trabalhos legislativos nesta augusta Casa de Leis, pelo período de 15 dias, para tratamento de saúde conforme orientação médica.

Em anexo, segue atestado médico orientando o afastamento do nobre Deputado Professor Luizão.

Atenciosamente.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicação

INDICAÇÃO Nº 306/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião, a implantação de um poço artesiano na APAE localizada no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador.

dor do Estado, a implantação de um poço artesiano na APAE localizada no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Como a APAE de Cianorte promove o plantio de hortaliças, a implantação de um poço artesiano iria contribuir substancialmente para o desenvolvimento e continuação desta cultura, haja vista o alto custo do sistema de abastecimento de água do município de Cianorte.

Além disso, o alto teor de cloro e outras substâncias presentes na água fornecida pelo município faz com que a mesma seja imprópria para o cultivo de hortaliças.

Dessa forma, conto com o apoio de meus pares para que o presente projeto seja aprovado.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 584/07, item 06, de minha autoria da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, justificativa de ausência da Sessão Plenária do dia 28 de outubro, para participar de reunião previamente marcada com Secretários de Estado.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Carolina Resende Von Graffen, ocorrido no último dia 25.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 25 a Sra. Carolina Resende Von Graffen, com 86 anos de idade. Deixou viúvo Carlos

Hugo Woff Von Graffen. Deixou ainda duas filhas e três netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Carolina Resende Von Graffen.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Carolina, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2914

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Agudos do Sul, pela passagem de seus 47 anos de emancipação política, no próximo dia 18/11/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Pires de Oliveira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Nelson Bimbatti bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data da comemoração dos 47 anos de emancipação política de Agudos do Sul, saudamos efusivamente o Sr. José Pires de Oliveira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Nelson Bimbatti bem como a todos os Srs. Vereadores desse importante município muito bem administrado por homens competentes cuja luta é inspirada pelo desejo de bem servir.

Sem dúvida, a política está presente em quase todos os momentos da nossa vida, como por exemplo nos relacionamentos familiares e de amizade, nas escolas, nos esporte e na comunidade como um todo.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas, repousa justamente no consentimento popular.

Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereadores, recebem uma delegação para agirem em nome do interesse do povo, e, cabe a sociedade fiscalizar suas intenções.

Consideramos o cargo público como um posto de lutas e sacrifícios e não como uma sinecura para lisonjear a vaidade ou para defender interesses pessoais.

Aceitem, pois, todos os administradores do município de Agudos do Sul, o nosso comovido parabéns pela passagem do 47º aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Ivatuba, pela passagem, no próximo dia 18/11/08, do seu 47º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Adolfo Joaquim Semprebom, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. João Mori, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que a população do município de Ivatuba irá comemorar o 47º aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 18/11/08.

Portanto, através desta proposição, queremos parabenizar todos aqueles que congregam os mesmos desejos de evoluir e alcançar novos horizontes através de um trabalho sério voltado aos interesses da população. Pois, o trabalho que vem sendo desenvolvido por sua administração, é essencial ao crescimento do município de Ivatuba.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população é que, seus administradores estão dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Ivatuba, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, como representante do povo, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2931

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante afirmado, facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa, REQUER, após a devida anuência do Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Educação pedindo providências para ser construída uma nova creche na sede distrital do Guaporé, no município de Guaraniaçu.

A casa que abriga a citada creche, é uma moradia muito antiga que foi adaptada, e hoje não mais oferece condições dignas para as crianças (cerca de 20 a 25 crianças) que lá são abrigadas. E para o próximo o número de crianças a serem atendidas deve chegar perto de 50, o que piora ainda mais a situação.

Por isso são necessárias providências imediatas para ser edificada uma unidade nova a fim de oferecer

uma estrutura física e educacional melhor para as crianças, como é há muito tempo aguardada pela comunidade local, principalmente pelos pais.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, recomendando à Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, rigorosidade absoluta na expedição de alvarás e autorizações para a realização de shows artísticos para se evitar tragédias como a ocorrida em Maringá, conforme segue:

a) Domingo dia 26 por ocasião de um show de música sertaneja no Parque de Exposições Francisco Feio Ribeiro, em Maringá, um adolescente de 14 anos de idade foi morto a tiros e outros dois: um jovem de 20 anos e um outro menor estão internados vítimas dos mesmos tiros disparados por um adolescente de 17 anos de idade.

b) Os tiros disparados na arena do Parque por volta das 21 h quando mais de 20 mil pessoas assistiram o show.

c) O adolescente que morreu era Jonathan Aparecido de Oliveira, vítima de disparos com um revólver calibre 22.

d) Este Parlamentar, lembra que existe uma lei de sua autoria - Lei nº 14284 de 13/02/04, que responsabiliza os organizadores de eventos dessa natureza pelos danos físicos e morais que o público assistente venha sofrer.

Desta forma, este Deputado encarece ao Sr. Secretário providências urgentes neste sentido.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção de uma casa do zelador no Colégio Estadual Tancredo Almeida Neves, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária

ria de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção de duas salas de aula no Colégio Estadual Pedro Viriato Parigot de Souza, no município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção de quatro salas de aula no Colégio Estadual Jorge Schimmelpfeng, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Ângelo Antonio Benedet, no município de Santa Terezinha do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Mal. Arthur Costa e Silva, no município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Coelho Neto, no município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2912

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil e ao Governador Roberto Requião, após ouvido o douto Plenário, informar, quais os resultados práticos já obtidos e esperados para o estado do Paraná a partir das viagens feitas pelo Governador e respectivas comitivas a Venezuela, em novembro de 2005 e a Cuba, em fevereiro deste ano. Informar convênios, protocolos e contratos firmados e nominar autoridades e empresas visitadas.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(aa) ÉLIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ e uma ilegível

REQUERIMENTO Nº 2920

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, ao Secretário de Estado da Fazenda, informar:

a) Entre os 1 mil maiores contribuintes do estado do Paraná, quantas empresas serão beneficiadas com a redução da alíquota de ICMS de 18% para 12% e qual é o valor total em reais desta redução.

b) especificar também, o valor desta redução por grupo fiscal, conforme previsto no Projeto de Lei nº 402/08.

c) Total da arrecadação mensal de cada setor atingido pelo aumento da alíquota;

d) Quantidade de contribuintes sob o simples Nacional, com a separação por faixa de tributação e dispensados do pagamento.

e) Quantidade de contribuintes sob regime normal de tributação, com exceção dos 1 mil maiores, e qual a arrecadação mensal destes.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(aa) ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL e DURVAL AMARAL.

Projetos de lei

PROJETO DE LEI Nº 444/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os brinquedos, material escolar ou peças de vestuários, apreendidos no estado do Paraná, como produtos falsificados, deverão ser doados às instituições filantrópicas e de caridade conveniadas junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná.

Art. 2º O material apreendido, de acordo com o artigo 1º desta lei, deverá ser analisado pelo Instituto de

Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM-PR, que verificará a quantidade das mercadorias e atestará a possibilidade da utilização.

Art. 3º O Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná solicitará aos representantes legais das marcas apreendidas, detentores das patentes de brinquedos, material escolar e vestuários infantis no Brasil, autorização para distribuição do material apreendido.

Art. 4º Atendidas as especificações do artigo anterior, as mercadorias apreendidas serão encaminhadas à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que promoverá a distribuição do material apreendido às instituições filantrópicas e de caridade, conveniadas.

Art. 5º As instituições que queiram receber as doações deverão apresentar a solicitação junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná.

Art. 6º Sempre que possível, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social viabilizará a descaracterização da logomarca do fabricante, alvo de falsificação, antes de sua distribuição.

Art. 7º A doação das apreensões não comprometerá o andamento dos processos no Poder Judiciário que deverão estar devidamente instituídos quanto à quantidade, à qualidade e ao destino dado às mercadorias.

Art. 8º A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deverá estabelecer um calendário anual para a distribuição das mercadorias às entidades cadastradas.

Art. 9º As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta de doações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Constantemente a imprensa tem divulgado grandes apreensões de material falsificado no estado do Paraná, consequência de uma política para garantir e assegurar aos detentores dos direitos autorais a certeza da comercialização cada vez maior de produtos com autenticidade garantida, bem como, assegurar aos cofres públicos a arrecadação dos impostos.

Conforme Lei Federal nº 9610, de 19/02/98 que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências as apreensões de merca-

dorias falsificadas, entre elas, brinquedos e material escolar, são incinerados ou entregues aos titulares das marcas.

A doação para pessoas carentes poderá significar um destino socialmente justo àqueles que mais precisam e não têm oportunidade de acesso, além de definir uma destinação para a utilização adequada no sentido de atender a uma demanda existente.

As empresas vítimas da pirataria e falsificação de seus produtos poderão conceder a destinação do material apreendido, direcionados ao atendimento social para instituições filantrópicas e de caridade com a finalidade de contribuir para uma melhor utilização desses produtos.

Tendo em vista a grande relevância da matéria, bem como os muitos benefícios resultantes desta iniciativa, solicitamos o apoio dos nobres Pares, para a presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 445/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu e foro na comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu, é uma entidade sem fins lucrativos, instituída com a finalidade de unir por laços de cooperação e solidariedade os pescadores, estimulando seus direitos como cidadão, visando também encarregar-se da venda do pescado, fruto do trabalho de seus associados, promovendo para esse fim a instalação de pequenos entrepostos, com fábrica de gelo, auxiliando assim no seu sustento e de seus familiares.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 446/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AJB - Associação João Bosco de Curitiba - Paraná, com sede e foro no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei n.º 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis n.ºs 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a AJB - Associação João Bosco de Curitiba - Paraná, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Sem fins lucrativos, fundada em 30/12/04, a entidade tem por objetivo o apoio à jovens e adolescentes, bem como o atendimento gratuito moral e material aos necessitados em geral, visando a promoção humana integral da pessoa, por meio de atividades educacionais e religiosas, entre outras atividades.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 447/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar a cessão de direitos de uso e imóvel, disposta pela Lei nº 12217, de 15/07/98, à Associação Beneficente Renascer - ASCER, do imóvel de propriedade do estado do Paraná, com área de aproximadamente 2.500,00m2, parte remanescente da área descrita na Transcrição nº 16111, do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 40,50m de frente para a rua Imaculada Conceição; 61,70m pela lateral direita de quem de mencionada rua olha o lote confrontando com área remanescente do estado; 61,70m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com a rua Guabirotuba; e 40,50m na linha dos fundos, confrontando com área remanescente do estado.

Parágrafo Único. A área de que trata o *caput* deste artigo, cedida à Associação Beneficente Renascer - ASCER, para que aquela entidade mantenha em funcionamento sua sede, dando, assim, continuidade aos trabalhos de reabilitação e socialização a pessoas portadoras de necessidades especiais, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pelo estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31/12/2018, permitida prorrogação por 10 (dez) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, mencionada instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção

e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento de termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Renascer - ASCER, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro em Curitiba, ao receber o imóvel através da Lei nº 12217, de 15/07/98, realizou um magnífico trabalho junto ao imóvel cedido, recuperando-o com muita dedicação e carinho para poder proporcionar benefícios para a comunidade assistida pela entidade.

Sendo assim, conclamo os Parlamentares desta Casa de Leis a apoiarem a presente proposição legislativa que visa prorrogar a cessão de direitos de uso do imóvel, por se tratar de matéria de elevado mérito.

PROJETO DE LEI Nº 448/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Maringaense de Deficientes Físicos - AMDF, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A presente AMDF - Associação Maringaense de Deficientes Físicos, tem como finalidade precípua a defesa da dignidade humana e da inclusão social das pessoas com deficiência física, de modo que lhes seja aprimorada a qualidade de vida através de atividades e projetos.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 449/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A prestação de serviço de transporte interestadual de cargas, iniciada no território paranaense, cujo tomador esteja aqui localizado, desde que realizada por transportador autônomo, fica isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O setor de transportes passa por profunda crise, visto que tem seus custos sistematicamente aumentados pelo valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas, e pelo enorme desgaste dos veículos transportadores ocasionados pela péssima conservação das estradas, nas rodovias não pedagiadas.

Assim, especialmente o transportador autônomo é afetado, pois sua menor condição financeira o obriga, para incrementar seus ganhos, a aumentar a jornada de trabalho, fazendo crescer o risco de acidentes.

Portanto, solicito o apoio dos meus Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que objetiva conceder ao transportador autônomo, quando do transporte de carga para outros estados, a isenção do ICMS (esclareço que dentro do estado já foi concedido este benefício pelo Decreto nº 3085, de 31/05/04).

PROJETO DE LEI Nº 450/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As delegacias policiais do estado do Paraná, distribuirão, no âmbito das respectivas circunscrições, às organizações não governamentais, os dados constantes do artigo 3º, quando registrarem ocorrências das quais decorram a providência de identificação e a prisão de autor de crime que escapou a flagrante.

Parágrafo Único. Os crimes a que se refere este artigo são os que mais impacto negativo provocarem em face de sua violência, pela sua repetição ou pelo grau de transtorno que acarretarem à vida civil.

Art. 2º As delegacias policiais pesquisarão, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, para fins de cadastramento, as principais organizações não governamentais situadas em suas circunscrições, devendo a Secretaria de Estado de Segurança Pública prestar total auxílio à unidade policial que não dispuser de meios materiais ou humanos, para cumprir com a tarefa no prazo indicado.

Parágrafo Único. Para facilitar as ações no *caput*, as delegacias policiais poderão se utilizar dos cadastros porventura existentes em quaisquer órgãos do estado.

Art. 3º Os dados a serem remetidos às organizações não governamentais pelas delegacias de polícia, tão logo obtidos, abrangem, entre outros:

- a) o retrato falado;
- b) a descrição complementar de sinais e características físicas do criminoso;
- c) o tipo do crime consumado;

d) o modo de execução de delito.

e) os locais e horários em que os eventos delituosos são freqüentemente perpetrados, se for o caso.

Art. 4º O encaminhamento, pela delegacia policial, das informações elencadas no artigo 3º desta lei, deverá consignar agradecimento prévio à organização não governamental destinatária pela ajuda que puder conferir à Instituição Policial, bem como solucionar que os divulgue no círculo de sua influência.

Parágrafo Único. Nota final mencionará os telefones da delegacia policial e o da rede facilitadora conhecida como disque-denúncia.

Art. 5º Para efeito desta lei, entende-se como organizações não governamentais todas aquelas que não se integram no contexto de natureza jurídica pública, tais como as associações comerciais, os clubes de serviço, as associações de moradores, as entidades filantrópicas, as associações recreativas, as ONG's propriamente ditas, e tantas outras.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Os retratos falados de criminosos de alta periculosidade têm, na maioria dos casos (principalmente se a vítima carece de posição social), sua divulgação restrita ao mural da delegacia policial que investiga o crime.

A imprensa, que não tem o dever legal de difundir-los, não raro considera matéria inoportuna, já esgotada, voltar, dias (ou semanas) depois, a um assunto antes reportado, apenas para divulgar um retrato falado, que exigiu tempo prolongado para a sua confecção. Essa demora é, no mais das vezes, inevitável, já em razão dos detalhes técnicos, já por motivos ligados às dificuldades de selecionar e convocar testemunhas que auxiliem a Polícia Técnica ao cumprimento daquela incumbência.

Além disso, é usual, na atividade jornalística, dar-se perfeita e suficiente descrição dos fatos, sem que necessariamente, para o pleno entendimento do leitor, se exija o retrato falado do criminoso.

Acresce, ainda, a circunstância de que nem toda a população, principalmente a camada mais pobre dela, lê jornais diariamente. Mesmo que, por hipótese, a leitura cotidiana acontecesse em todas as camadas sociais, nem todos os periódicos abrem espaços permanentes e imutáveis às ocorrências oficiais com aquilo que o jargão jornalístico chama de *suíte*, ou seja, a sequência exauridora de um tema de pauta nas edições seguintes.

De modo que só o crime de grande repercussão (pela violência empreendida pelos seus executores ou pela forte projeção social de suas vítimas) leva o retrato falado para a imprensa, escrita ou televisiva.

De resto, ele passa a ser um número a mais no mural das delegacias policiais para a observação de seus escassos visitantes sem ter sequer o préstimo de advertir possíveis futuras vítimas.

O projeto de lei que ora submeto à elevada apreciação dos Exmos. membros desta Casa Legislativa amplia a divulgação, não apenas do retrato falado, mas também de outros pormenores relativos ao próprio criminoso, como das circunstâncias do crime, seu modo de execução e preferências determinantes de local e hora para a efetivação do delito. Transpassadas as comunidades, essas minúcias se constituirão num material básico, essencial, para o auxílio da Polícia na captura do autor do delito, quer diretamente, quer através do recurso do disque-denúncia.

Mas o projeto tem outros escopo, talvez mais importante do que a mera perseguição de criminosos, que cometem infração penal isolada ou a praticam em série. Na verdade, une-se a esse objetivo o de prevenir outros crimes, na medida em que prisão facilitada por uma profícua interação da Instituição Policial com a comunidade produza a interrupção de uma seqüência de crimes e confira segurança à coletividade ameaçada pela delinqüência. Envolvem-se no mesmo propósito, as associações comerciais, os clubes de serviço, as associações de moradores, as associações de favelados, os conselhos comunitários de defesa social, as lojas maçônicas, as entidades filantrópicas, as associações recreativas, etc.

Esta proposta de lei, enfim, cria, em realidade, uma vasta rede de informações que se estende a variados pontos da sociedade, o que autoriza asseverar que contribuirá significativamente ao esforço policial de combate à criminalidade.

PROJETO DE LEI Nº 451/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Campanha de Incentivo aos Grêmios Estudantis a ser aplicada em todas as unidades escolares da rede estadual de ensino.

Art. 2º A campanha a que se refere o *caput* do artigo 1º desta lei tem como objetivos:

I - garantir o efetivo cumprimento da legislação federal pertinente - Lei nº 7398, de 04/11/85 - que outorga o direito assegurado da organização de grêmios estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais;

II - incentivar aos estudantes a participação e integração democrática nas atividades desenvolvidas pelas unidades escolares e em suas localidades;

III - incentivo à criação de novos grêmios estudantis;

IV - incentivo às atividades dos grêmios estudantis já existentes;

V - instruir os estudantes quanto à formação e manutenção dos grêmios estudantis;

VI - instruir os estudantes quanto às atividades pertinentes aos grêmios estudantis.

Art. 3º A Campanha de Incentivo aos Grêmios Estudantis será desenvolvida anualmente e suas ações e atividades de forma perene durante todo o período letivo.

Art. 4º Para os efeitos dessa lei consideram-se a campanha supracitada como atividade multidisciplinar.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessário, ficando obrigatória sua inclusão nos orçamentos futuros.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A história brasileira recente demonstra com profundidade a importância da participação da juventude nas atividades da cidadania.

Os estudantes organizados se posicionam, defendendo direitos da sociedade, transformando a realidade, contribuindo ativamente na construção de um país melhor.

Historicamente os grêmios estudantis foram os grandes celeiros de líderes estudantis, mas durante o período de governo militar suas atividades foram suprimidas, negando aos estudantes o pleno direito de organização.

Com a redemocratização brasileira, a legislação federal outorgou novamente o direito de livre organização dos estudantes.

Tal ação garante o direito de reorganização, mas não promove ações que incentivem para sua concretização. Não estimula a criação de novos grêmios tão pouco incentiva as ações dos existentes.

No cotidiano, os grêmios estudantis podem contribuir no aumento da participação dos estudantes nas atividades de sua escola e de sua comunidade. Organizando atividades esportivas, palestras, projetos e outras ações multidisciplinares. Atividades culturais, como peças teatrais, dança, exposições, festas e saraus são algumas das promoções que os grêmios poderiam promover ou participar.

Os grêmios podem interagir positivamente nas decisões da administração da unidade de ensino, num pleno exercício de democracia, colaboração para a melhoria das atividades escolares e também de sua comunidade, numa demonstração ativa de cidadania.

Como entidades autônomas, representativas dos interesses dos protagonistas do processo educacional, os grêmios não podem por força da legislação, serem cerceados em suas criações e em sua organização, seja por professores, direção da unidade ou dirigente superior. Pelo contrário são eles que deveriam incentivar ainda mais as atividades dos grêmios.

Além da legislação federal já mencionada o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente garante a existência dos grêmios e frisa ser um dever do Poder Público garantir sua existência e suas atividades.

A sociedade organizada é fundamental e peça primordial para a construção e crescimento da nação brasileira, pois hoje, o que importa é a replicabilidade e o poder de capilaridade. Esse é o grande desafio - incluir todos que estão excluídos, independente do que sejam.

Sendo assim, julgando relevante e meritória a matéria solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto.

PROJETO DE LEI Nº 452/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estipulado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de apreensão, para a incineração de drogas apreendidas, armazenando o necessário para a elaboração de prova.

Art. 2º A incineração será feita pela polícia judiciária competente com a presença do representante do Ministério Público.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo estipular prazo para a incineração de drogas apreendidas pela polícia, sem prejudicar o devido processo legal. Desta forma, a droga apreendida deve ser destruída no prazo máximo de 30 dias após o recolhimento, evitando, assim, uma possível atuação de criminosos que podem dar outra destinação ao produto ilícito que, algumas vezes, fica armazenado durante um longo período facilitando esse desvio de destino.

Desta forma objetivamos evitar esses transtornos, sem adotar procedimento que prejudique o processo penal, devendo incinerar a droga apreendida, preservando apenas a quantidade necessária para eventual elaboração de contraprova, se houver questionamentos pela defesa, no curso do processo.

Com essa medida, simples, se estará resolvendo um grave problema, que é a transformação dos depósitos policiais em alvos preferenciais para atos criminosos, ao mesmo tempo em que não se estará prejudicando o julgamento dos envolvidos com a droga apreendida.

Assim sendo, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 453/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os policiais mortos no exercício da função deverão ser homenageados com honras militares.

Parágrafo Único. Entende-se por honras militares para o disposto nesse artigo homenagens coletivas atribuídas aos militares das Forças Armadas e às altas autoridades civis.

Art. 2º As famílias dos policiais homenageados deverão, ainda, receber, votos de pesar da Assembléia Legislativa do Paraná.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O número de policiais mortos em serviço no Brasil é alarmante e, infelizmente, este é um assunto tratado com banalidade algumas vezes e pouco enfatizado como o problema que realmente representa.

O presente projeto visa homenagear esses policiais que morrem lutando pela segurança dos cidadãos, já que este pequeno ato da Assembléia Legislativa é o mínimo a se fazer nesses casos.

As honras militares são concedidas a Governadores, Chefes da Missão Diplomática, Ministros do Estado, enfim, figuras importantes e reconhecidas pela nação, além de outras autoridades que não estão especificadas no artigo 100 do Decreto 2243 de 03/06/97, mas que podem receber as devidas homenagens. O que pretendemos é um aproveitamento desta pequena abertura da lei federal para homenagear os policiais paranaenses, concedendo essas honras em seu enterro como um último ato e gratidão e reconhecimento.

Nesse sentido solicito o acompanhamento dos nobres colegas para a apreciação e aprovação da presente proposta legislativa nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 454/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no estado do Paraná o Dia Estadual da Leitura, como sendo a data de 12 de outubro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A leitura é uma atividade social que nasce a partir da mediação de um adulto educador, pais e professores, com a criança. Não nascemos leitores; nos tornamos leitores porque esta é uma prática social: nos tornamos leitores por convívio e por contato. Como diz a fonoaudióloga e mestre em psicolinguística pela USP Lucila Pastorelo, “quando uma criança vem ao mundo, seu desafio é ser humano. Ela pode comer, chorar, dormir, movimentar-se; aos poucos vai reconhecer seu nome, sorrir, falar, tornar-se humano. Falamos com os bebês para que aprendam a falar; dançamos com os bebês para que aprendam a dançar; sorrimos e dizemos não para que consigam fazê-lo. É preciso ler para crianças pequenas, bem pequenas, sempre. Para que elas possam ler, ter acesso ao mundo e tornarem-se cada vez mais humanas”.

Segundo dados do INAF o “gosto” pela leitura, em 47%, é influência nas mães; 36% dos professores e 24% dos pais. Apesar de ações viabilizadas por governos, iniciativas da sociedade civil e de organizações do terceiro setor, ainda estamos muito longe de ter um cenário de oferta de leituras e de literatura compatível com a necessidade dos brasileiros - agravando o cenário de analfabetismo funcional, que atinge cerca de 60% da população brasileira alfabetizada.

Acredita-se que a experiência de leitura propiciada no berço pode evoluir por um ato de cidadania, de demanda por bibliotecas públicas para todos, amigáveis e integradas em rede, pois são elas o espaço por excelência para abastecer de leituras a sociedade. O perfil do leitor brasileiro que frequenta bibliotecas está distante do ideal, pois 73% dos brasileiros não frequentam uma biblioteca - segundo dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pela Câmara Brasileira do Livro.

Entre os motivos as dificuldades de acesso estão entre as principais alegações de quem já é leitor, seguida pela falta de dinheiro (18%), falta de bibliotecas (15%) e de livrarias (8%). Apenas um em cada quatro estudantes frequenta bibliotecas públicas municipais. O uso de bibliotecas diminui com o fim da vida escolar: cai de 62% entre adolescentes para menos de 20% na fase adulta, 12% aos 50 anos; até chegar aos 3% acima de 70 anos.

O problema ocasionado por esta baixíssima frequência é a quebra no convívio com os livros, visto que 89% dos municípios brasileiros não têm livraria e há poucas bibliotecas públicas para abastecer de leituras a população. A pesquisa aponta também que 45% dos leitores chegam até os livros por meio de empréstimos de outras pessoas.

Com o objetivo de criar uma campanha de mobilização para chamar a atenção dos adultos educadores para a importância de oferecer momentos prazerosos de leitura para bebês e para crianças em fase pré-escolar,

sugerimos celebrar o Dia da Leitura no dia 12 outubro, Dia da Criança, data em que desde 1924 a sociedade brasileira celebra a infância.

A idéia é incentivar nelas o gosto e vontade de ler, numa iniciativa batizada de “Brincar de Ler”. Há inúmeras razões para ler com e para as crianças e é preciso iniciá-las desde bebês, seja porque isso contribuiu para o aumento de vocabulário, seja porque contribuiu com seu desenvolvimento intelectual. Mais do que isso, ler para elas é um ato de direito e de afeto, por isso a importância deste projeto que ora se pede, aos nobres Pares, o apoio necessário.

PROJETO DE LEI Nº 455/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a realização de aulas de modalidades esportivas específicas de iniciação ao esporte, e também culturais, inseridas como atividades complementares nas escolas de 1º e 2º graus do Paraná.

Art. 2º As atividades serão complementares, conforme a disponibilidade de cada escola e deverão ser apresentadas como opção aos alunos que poderão participar, desde que devidamente autorizados pelos respectivos pais ou responsáveis.

Art. 3º Caberá a cada escola, a realização ou não de parcerias com instituições formais, para a realização das aulas, bem como disponibilização de espaços adequados.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Considerando que se pode afirmar que a educação é indissociável do esporte e da cultura e que o berço do esporte e da cultura é a escola.

Considerando que as escolas podem desempenhar um papel insubstituível na formação das pessoas, tanto desportivamente quanto culturalmente, desenvolvendo atletas, artistas, e seres humanos melhores.

Considerando que a proposta é de disponibilização de atividades, conforme as possibilidades de cada escola e que abre a possibilidade de parcerias com instituições formais, não há porque não se aprovar o presente projeto.

Justifica-se então, o presente projeto de lei, através da necessidade de que o estado possa ofertar às crianças e aos jovens oportunidades para o seu desenvolvimento intelectual e físico, investindo na qualidade de vida e na viabilização de desenvolvimento de futuros atletas olímpicos e profissionais.

PROJETO DE LEI Nº 456/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado a todos os paranaenses, o direito a obter gratuitamente, informações desportivas, através dos serviços radiofônicos devidamente autorizados por lei federal, conforme descrito no artigo 2º.

Art. 2º Para fins desta lei entende-se por informação desportiva toda transmissão e retransmissão radiofônica de eventos desportivos em geral, gravados ou em tempo real, em sua integralidade, bem como notícias e programas de informação, discussão, debates e entrevistas de cunho eminentemente desportivo.

Art. 3º Para a viabilidade e exequibilidade da presente lei, fica proibida a cobrança, contra as empresas radiofônicas legalmente constituídas, sob qualquer título, de taxa ou emolumentos, que incidam sobre a transmissão e/ou retransmissão radiofônica de eventos desportivos celebrados no estado do Paraná ou que envolvam equipes e/ou atletas individuais que representem ou sejam representativos de nosso estado dentro e fora do território paranaense.

Art. 4º Para efeitos desta lei entendem-se como equipes que representam o estado do Paraná, todas as seleções assim como equipes, associações, clubes e agremiações desportivas, oficialmente constituídas em nível estadual, com ou sem fins lucrativos, nas modalidades esportivas do futebol, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, atletismo, ciclismo, natação, dentre outros.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Em nosso país o esporte sempre teve uma importância fundamental na educação e cultura de nossa gente, sua função social sempre é debatida e revelada como sendo algo próprio de nosso povo.

Tanto é verdade que nossa Constituição Federal fez constar em Capítulo próprio uma Seção específica sobre o Desporto, insculpindo em seu artigo 217, os seguintes dizeres:

É dever do estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - ... (grifo nosso)

Dada a importância que o desporto tem para a sociedade brasileira, ainda estabelece em seu artigo 24, IX, que:

Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

...

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

...

Pode-se lembrar neste momento a importância para o desenvolvimento esportivo de nosso estado e também país, das ações desenvolvidas pelos Centros de Excelência Desportivos, que em seu projeto incentivavam a prática de determinadas modalidades desportivas com acompanhamento especializado e com uma equipe de ponta que despertava a atenção e o interesse dos jovens atletas, incentivando-os a serem tão eficientes quanto seus ídolos, motivando-os ainda, ao estudo.

Percebe-se então que a difusão e o fomento ao esporte provocam verdadeira revolução social e possuem a característica de aprimorar os sentimentos pátrios de valorização e promoção humana, sendo o esporte algo de importância ímpar para a educação e o desenvolvimento de um povo.

Por outro lado, a mesma Carta Magna consagra o direito à informação também como um dos direitos e garantias fundamentais, basta analisar o inciso XIV do artigo 5º:

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

É inegável que o meio de comunicação que mais atinge a população brasileira e em especial a paranaense é o rádio, pois sem dúvidas é também o mais democrático, constituindo-se ainda como o mais ágil modo de interação com a coletividade em geral.

Também é inegável que os jovens espelham-se em ídolos que somente são conhecidos quando devidamente divulgados e promovidos pela mídia, tornando-se referências e até mesmo exemplificando um modelo a ser perseguido.

É justamente nesta esteira que o presente projeto de lei pretende seguir, ou seja, garantir à comunidade e em especial ao jovem o direito de informar-se sobre o esporte e seus ídolos, de forma absolutamente livre, através do meio de comunicação mais popular e democrático, como forma de promoção do desenvolvimento humano e social.

Anote-se, por fim, que se está legislando sobre matéria de competência concorrente do estado, ou seja, promoção e fomento à prática desportiva, matéria absolutamente pertinente e de importância única.

PROJETO DE LEI Nº 457/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina um logradouro público estadual, como Deputado Max Rosenmann.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista a súbita perda do Deputado Federal Max Rosenmann, 63 anos às 13h30 deste sábado, dia 25 de outubro.

Max Rosenmann, nasceu em Curitiba, em 29/11/44. Casado com Marisley Rosenmann, com quem teve três filhos: Daniel, Paulo e Silvia Regina Rosenmann. Max foi sempre muito devotado à sua família e aos amigos. Bacharel em Direito pela UFPR, com especialização em Administração de Empresas e Gerência por Objetivos, ofereceu as melhores oportunidades a seus filhos com relação aos estudos e estes souberam aproveitar. Daniel formou-se em Engenharia Civil, onde atua; Paulo, hoje casado, é formado em Administração de Empresas, fez pós-graduação e atualmente está cursando Direito; e Silvia, também casada, está cursando Medicina Veterinária. Sempre teve a liderança como marca de sua personalidade. Foi líder estudantil na UPES, CAHS e PAP. Essa atuação formou um grande articulador e líder.

Com seis mandatos consecutivos desde a constituinte, em 1987, de sucesso e capacidade, Max Rosenmann é hoje considerado o Deputado Federal mais eficiente e trabalhador do Paraná, apresentando ótimos resultados na luta para atrair recursos para o estado e municípios que garantem melhores condições de vida para os paranaenses, principalmente em obras de interesse social como: estradas, universidades, hospitais, educação, esporte e assistência social. Tal desempenho fez com que ele fosse homenageado pela Organização Mundial da Família ligada à ONU por seu trabalho na promoção social das famílias brasileiras.

Nos 20 anos de trabalho parlamentar, Max Rosenmann proporcionou a realização demais de 1900 obras que estão espalhadas por quase todos os municípios paranaenses, entre elas 400 escolas, bibliotecas e mais de 120 quadras esportivas cobertas e centros comunitários.

Na saúde pública, foram mais de 230 postos de saúde, além da construção, reforma e equipamento de Santa Casas, hospitais públicos e filantrópicos como o Cajuru, Santa Casa, Evangélico e Hospital das Clínicas, em Curitiba, e dezenas de obras no interior do estado.

Na defesa da agricultura paranaense, Rosenmann priorizou o apoio ao pequeno produtor rural e, principalmente garantiu o financiamento através de empenho ao Ministério da Agricultura e Banco do Brasil, para financiar a agricultura familiar (PRONAF e Pronafinho) e à cafeicultura. Manteve estreito relacionamento com a FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, e com a OCEPAR - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, atendendo seus pleitos desde o início de seu primeiro mandato. Foi membro do Grupo Parlamentar de Defesa da Agricultura. Além de ter aprovado 88 emendas na constituinte, foi considerado o segundo colocado em número de artigos, os quais estão até hoje em vigor, e reconhecidos pela sua importância na Carta Magna.

Constituiu-se um Parlamentar ativo na Comissão de Finanças e Tributação, como um defensor do contribuinte, uma vez que, os membros dessa comissão são formado, na maioria, por ex-ministros e economistas, defensores do estado. Como legislador, o Deputado defendeu a reforma tributária para reduzir os impostos sobre a produção para gerar empregos, sendo responsável pela isenção da cobrança de IPI para a aquisição de veículos por parte de taxistas desde o Governo Collor.

Além de dezenas de projetos de lei, também fez parte da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, também participou de várias Comissões Especiais e CPIs, tendo sido diversas vezes vice-líder reconhecido pela sua experiência e bom senso.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres Parlamentares a este projeto de lei que dará o nome de Max Rosenmann a um logradouro público paranaense.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Chico Noroeste.

Esta Presidência com satisfação anuncia e dá boas-vindas aos funcionários públicos, que vêm a esta Casa nesta data tão especial.

Há requerimento da Deputada Luciana Rafagin, do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente e FUNDEPAR, que usarão hoje o Grande Expediente.

Também justifico neste momento a ausência do Deputado Augustinho Zucchi, que faria também um pronunciamento nesta data tão importante. Mas o Deputado foi designado para representar esta Assembléia, em uma reunião na CBF, hoje, às 17h, juntamente com o Governador Orlando Pessuti, mais uma comitiva e o Deputado Augustinho Zucchi, que representa esta Assembléia neste evento.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o primeiro orador inscrito, Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e público presente.

Na semana passada, quinta-feira, dia 23, o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, juntamente com o Vice-Governador Orlando Pessuti, com o Secretário da Justiça, com o Secretário da Segurança Pública, com o Secretário de Obras, com os Deputados Dobrandino, Alexandre Curi, Romanelli, enfim, uma comitiva do Governador Roberto Requião, numa oportunidade em que o Governador e os Secretários inauguraram uma nova penitenciária na cidade de Foz do Iguaçu, denominada de Centro de Detenção e Ressocialização.

A inauguração daquela penitenciária significa que o Governador do Estado está fazendo a sua parte. Agora seria bom, Deputado Cheida, se o Governo do Estado ou se os Governos não precisassem construir penitenciárias. Mas temos que encarar a realidade. Ao inaugurar aquela penitenciária, o Governo do Estado está fazendo a sua parte, está comunicando o seu dever, porque é função do estado cuidar do sistema penitenciário. A inauguração daquela penitenciária significa que a partir de agora vai se estabelecer um novo conceito prisional na cidade de Foz do Iguaçu, passando de um sistema super lotado para um sistema desafogado, onde os presos passarão a ter um local mais digno, terão a oportunidade da ressocialização, terão a oportunidade de serem preparados, de estudarem para serem reintegrados à sociedade. Passando os presos como cidadãos decentes a contribuir com a nossa cidade, com o nosso estado e com o nosso país.

Agora, seria bom que estivéssemos ali inaugurando uma grande indústria para a geração de emprego e renda para a nossa população. Melhor ainda, se estivéssemos inaugurando uma faculdade, uma universidade, uma escola para proporcionar mais Educação para a nossa juventude. Mas, como já disse, temos que encarar a realidade que é um dever que tem que ser feito pelo Governo do Estado.

Portanto, queremos registrar aqui nesta tribuna, agradecendo ao Governo do Estado e dizendo que estão de parabéns os presos, porque ali estarão num local mais decente; estão de parabéns os familiares dos presos, porque certamente terão mais tranquilidade, e está de parabéns a população de Foz do Iguaçu, porque neste momento vive um sistema mais tranquilo, um sistema desafogado, o que é muito bom para a nossa cidade, porque certamente vem coibir as rebeliões e fugas de presos, que normalmente acontecem na cidade de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes de iniciar quero saudar os servidores públicos que estão hoje aqui. Certamente vêm em função de uma pauta já apresentada e que tem sido discutida com o Governo, atendida em alguns pontos, e muitos não foram atendidos, conforme essa carta que recebemos nos gabinetes.

Sejam todos bem-vindos à Assembléia e espero que possamos encontrar mecanismos para fazer com que não se congele mais o processo de pressão, valores que são pagos a título de gratificação e que consigamos ter aquilo que o servidor público precisa e merece, por exemplo, ter o plano que foi aprovado, reajustado conforme a inflação.

Mas, esse não é o tema que me traz aqui. O que me traz a esta tribuna é fazer obviamente uma reflexão sobre os fatos ocorridos na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, quando a Polícia Militar, por determinação do seu Comandante, por determinação do Secretário da Segurança Pública, fez o desejo das pessoas que estavam morando temporariamente naquela área. Uma área de cerca de 20 alqueires e que as conseqüências, todos acompanharam pela televisão, de longe foram muito mais trágicas do ponto de vista da violência que esperávamos. Mas, também entendo que o Secretário da Segurança Pública teve uma ação correta ao dizer que não é esse o mecanismo que esperamos da Polícia Militar ao fazer as desocupações.

Não vou entrar no mérito de como foi feita a desocupação, até porque houve uma coletiva ontem, as pessoas que foram feridas nesse processo estiveram nessa coletiva. O Anderson, que é um cinegrafista, esteve também e infelizmente foi, de uma forma absolutamente covarde, atingido, porque foi propositamente. Mas, o que me chama a atenção é que enquanto discutimos todos aqueles que foram feridos, não estamos discutindo o que gerou aquela ocupação irregular.

Estive lá na quinta-feira, as informações são que cerca de 300 famílias foram quase que convidadas por um candidato a Vereador, que tem relação inclusive com a família que é proprietária da área, a ocuparem a área, porque tinha mata nativa. E ao fazerem essa ocupação, houve um desmatamento daquela área, um crime ambiental, mas um crime ambiental feito de uma forma que me chamou a atenção, porque muitas das árvores que foram cortadas lá foram cortadas com moto-serra e até onde eu sei não é comum que pessoas, pelo menos aquelas pessoas que estavam lá tivessem motos-serra para cortar árvores e foram tiradas com caminhão.

Acho que a situação que temos ali é uma situação grave, porque mostra que há um número grande de pessoas empobrecidas que muitas vezes são usadas como massa de manobra. Mas há uma situação mais grave ainda: temos que atentar para a situação que vivemos hoje em Curitiba, no Paraná, no Brasil, mas mais especificamente aqui em Curitiba com a Habitação. Não é possível que pessoas, por razões que não quero aqui entrar no mérito - na sequência vamos debater - levem famílias a morar em brejos, porque literalmente algumas estavam em brejos, num córrego que corre lá e depois uma área de cerca de 20 alqueires possa vir a ser vendida, possa ser loteada. É preciso ficar atento. Muitas daquelas famílias, como disseram os jornais, tinham propriedade, estavam morando ali, estavam reservando aquela área. É possível? É possível sim! Agora, hoje há cerca de 300 famílias que estão ao lado daquela área, com seus móveis, porque não têm para onde ir.

Então, não podemos reduzir o problema habitacional como se fosse uma simples manobra de algumas pessoas. Na verdade, aqui em Curitiba estamos investindo muito pouco em Habitação. O investimento que temos hoje,

basicamente, é do Governo Federal e muitas vezes as pessoas são levadas a acreditar em possíveis promessas que não são cumpridas.

Aquela é uma área que temos que ficar atentos. Ela está há muitos anos sem cumprir papel social nenhum. É pena que os senhores não tenham podido estar lá, mas é só pensar: mais de 20 alqueires dentro da cidade de Curitiba que não se presta a absolutamente nada, a não ser especulação imobiliária. É um tema que temos que debater aqui. Não é possível que continuemos a achar que estas coisas são normais, que não aconteceu nada ali, houve uma desocupação violenta, mas que poderia não ter havido se pessoas que já têm outros lotes ou casas não estivessem lá. É preciso que façamos uma separação do joio e do trigo.

Por último, porque o tempo é curto, Deputado Romanelli, há uma declaração que precisamos prestar a atenção, até para averiguar se ela é verdadeira ou não, que o Presidente da COHAB disse que não é justo que pessoas esperem 20, 15 ou 10 anos na fila da COHAB e depois essa fila seja furada. Ora, se a cidade faz com que as pessoas esperem 20 anos para ter uma casa, não precisamos de COHAB. Espero que não seja verdade. Talvez tenha sido força de momento ele ter dito isso, porque não é possível que alguém espere 20 anos e na hora de vir a casa ela é do PAC, que tem uma renda mínima de R\$ 1 mil e 200. De qualquer forma temos de pensar em como solucionar este problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou, no Pequeno Expediente, falar um pouco dessa questão que o Deputado Tadeu Veneri aqui colocou, para poder elucidar e ao mesmo tempo trazer à nossa mente o que ali aconteceu. No Horário da Liderança quero falar das eleições de Ponta Grossa, que no domingo tivemos o Prefeito Wosgrau eleito naquele município.

Deputado Veneri, o senhor fazia aqui as colocações e ponderações sobre tudo aquilo que aconteceu no mês de setembro, quando uma área privada foi invadida dentro da cidade de Curitiba por um número significativo de pessoas que ali adentraram. Num procedimento normal, o proprietário da área procurou seus direitos na Justiça e a Justiça expediu um mandado de reintegração de posse. O Poder executivo, que tem a força da Polícia Militar, acabou fazendo com que o pedido judicial viesse a ser cumprido e infelizmente, nessa reintegração de posse, algumas pessoas acabaram saindo feridas, entre elas um membro da imprensa que fazia cobertura e que acabou, naquele momento, levando um tiro dado por um

policial, um tiro de bala de borracha, ferindo o seu rosto. Mas, a verdade de tudo e que temos que analisar, é que a lei existe para ser cumprida por todos. Eu sou uma pessoa que caminho dentro da lei e todos temos a obrigação de caminhar dentro de tudo aquilo que a legislação diz.

O senhor fala que pessoas, lideranças, o senhor acredita que à frente deste movimento acabaram levando pessoas e fazendo com que a grande maioria acabasse entrando na conversa que, muitas vezes, são utilizadas por essas lideranças e que fazem com que essas lideranças venham a ser enganadas nesses momentos de invasão de área, que sempre se cria uma grande expectativa que eles terão um futuro tranqüilo, terão alguma propriedade. Na verdade, esses movimentos - acredito eu - sempre movimentos com bandeiras políticas partidárias para tentar, num determinado momento, atingir aqueles que estão no comando político, em especial essa situação, porque foi muito próximo da eleição para Prefeito de Curitiba. Isso me trouxe a preocupação e passei a acreditar que tinha uma movimentação política que acabou fazendo com que tudo isso acontecesse.

A reintegração foi feita, sei que uma boa parte da mata que ali existia, área de reserva, com certeza, área de reserva legal, acabou sendo destruída, cortada por essas pessoas que ali invadiram e venderam essa madeira. Naturalmente, o próprio IAP - Instituto Ambiental do Paraná, acabou fazendo com que uma multa significativa fosse dada ao proprietário daquela área e, naturalmente, fazendo com que ele tivesse que se defender dentro dos trâmites legais, porque não foi ele que derrubou. Quem tirou uma parcela daquela mata que ali estava foram as lideranças que invadiram aquele espaço e que, naturalmente, feriram a legislação ambiental, derrubando árvores de uma reserva florestal que ali existe.

Queria, dentro de tudo aquilo que li, observei e conversei, trazer essa situação à tona e, naturalmente, os problemas existem. Os problemas de falta de moradia não são só em Curitiba, mas em todo o Brasil eles existem. Os Governos, tanto o Governo Federal, os Estaduais e os Municipais, têm que agir para fazer frente a essa demanda de moradias que existe no nosso Brasil, para que dessa forma não tenhamos mais pessoas sendo enganadas por lideranças que exercem na posição política partidária, nesses momentos em especial, na hora que está correndo uma eleição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, caros visitantes que assistem à Sessão de hoje, dizer ao Presidente Nelson Justus que na quarta-feira passada, dia

22, ocupamos esta tribuna para defender um requerimento nosso que visava suspender o recadastramento que a COPEL estava propensa a fazer com todos os agricultores do estado do Paraná.

A FAEP e todos os sindicatos do estado do Paraná já haviam se manifestado e fizemos aqui na Assembléia, inclusive aquele dia, Deputado Romanelli, me dirigi a vossa pessoa como Líder do Governo e disse desta tribuna que, com toda certeza, não estava no conhecimento do Governador do Estado do Paraná o absurdo que a COPEL estava cometendo com os 350 mil agricultores no estado do Paraná. Disse naquele dia que 146 mil cartas já haviam sido enviadas para 146 mil agricultores, e que mais 200 mil correspondências iriam ser enviadas também para os agricultores, pedindo recadastramento, em relação à atividade dos agricultores no estado do Paraná. Disse naquela ocasião que a COPEL não necessitava fazer o recadastramento, porque o objetivo era apenas um.

Segundo informações que temos da COPEL e denúncias que devem ter chegado à COPEL, é que havia alguns proprietários rurais que ao invés de ter a sua propriedade rural para exploração agrícola, estavam usando as chácaras como de lazer. E naquela ocasião eu disse que se existissem, talvez fossem 500 ou 1 mil propriedades, chácaras de lazer no estado, inteiro, e por quê mobilizar 350 mil agricultores para fazer o recadastramento quando a própria COPEL tem seus funcionários, que periodicamente vão às propriedades rurais? Porque quem faz a leitura da conta da energia lá no contador, no relógio, é o próprio agricultor que faz a leitura e manda para a COPEL, e com base nessa leitura a COPEL emite a fatura, sendo que uma ou duas vezes por ano os funcionários da COPEL vão às propriedades para conferir esse medidor. Ora, se o funcionário da COPEL vai à propriedade rural, eu disse na quarta-feira passada que esse mesmo funcionário da COPEL sabe se essa propriedade rural é usada para finalidade agrícola ou não, como para fins de lazer. Então, não havia necessidade de se fazer todo esse trabalho, esse atropelo.

Essa carta que a COPEL enviou para os agricultores do estado do Paraná são requisitos que prejudicam e muito, principalmente os pequenos agricultores, que não conseguiram atender e que gastaram dinheiro, ainda mais com um prazo tão curto que deram, ou seja, apenas de 17 dias.

Estou usando esta tribuna hoje para dizer que o Governador do Estado, na quarta-feira à noite, mandou suspender o recadastramento e com isso fica claro que as denúncias, que muitas vezes levantamos aqui na Assembléia Legislativa, são para ajudar o Governo do Estado, porque fazemos uma Oposição coerente e responsável, porque queremos o bem do estado do Paraná. E dizer que essa foi uma luta que a FAEP, os sindicatos e outras entidades têm encampado e que nós, aqui na Assembléia, apenas repicamos e o Governador do Estado, para felicidade dos agricultores, voltou atrás e mandou suspender o recadastramento.

Como disse na quarta-feira, com toda certeza não estava no conhecimento do Governador e ele mandou suspender. E quero dizer hoje, como Líder da Oposição em exercício, reconhecer ao menos o trabalho que o Governador tem feito para suspender esse absurdo, essa barbaridade que a COPEL estava cometendo com os nossos 350 mil agricultores no estado do Paraná.

Então, por essa razão, uso esta tribuna para reafirmar e confirmar aquilo que o Deputado Rossoni, o Deputado Plauto, o Deputado Elio e tantos outros Parlamentares da Oposição levantam aqui na Assembléia Legislativa. Se o Governador, com toda certeza, desse mais ouvido para a Oposição, com toda certeza estaria cometendo muito menos erros em seu Governo, seja em relação ao porto de Paranaguá ou em relação a tantas outras Secretarias ou atividades que o Governo do Estado exerce hoje como administrador público do nosso estado. Mostra então, Deputado Romanelli, que estávamos certos, que estávamos corretos quando fizemos essa denúncia e o senhor, Deputado Romanelli, também naquela ocasião, pediu um aparte e disse que estávamos certos. Por essa razão, quando fizermos denúncias, no mínimo que o Governador dê ouvidos para a Oposição aqui na Assembléia Legislativa.

Era essa a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Última oradora no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e em especial a minha saudação a todos os servidores públicos do estado do Paraná que estão aqui acompanhando esta Sessão Plenária.

Queria inicialmente justificar a ausência no plenário, já ontem justificada mas hoje colocar o motivo, do Deputado Luizão, que teve um pequeno problema de saúde, mas já está se recuperando. Com certeza na próxima semana já estará aqui conosco novamente, mas gostaríamos de justificar publicamente a não presença do Deputado.

Gostaria nesta tarde, Sr. Presidente, de inicialmente agradecer a V. Exa. e a todos os Srs. Deputados por ter aprovado o requerimento que apresentamos aqui para que o espaço do Grande Expediente deste dia seja destinado ao Fórum dos Servidores Públicos do nosso estado do Paraná.

Hoje é um dia especial, é o Dia do Servidor Público, e sabemos que estamos falando de pessoas que estão presentes no nosso dia-a-dia, de pessoas que fazem realmente acontecer as grandes ações no nosso estado do Paraná. Estamos falando do servidor que trabalha desde lá da ponta, quando falamos do administrativo, até fazer acontecer as políticas públicas. É importante falar do servidor público, porque falamos

das pessoas que fazem também acontecer toda as ações de Governo, qualquer programa de Governo, qualquer ação de Governo seria impossível de ser realizada se não tivesse o nosso servidor público. Então este é um dia bastante especial, e por isso tenho certeza que foi essa a compreensão de todos os Parlamentares quando aprovaram aqui o requerimento criando uma Sessão no dia de hoje e concedendo o espaço para que o Fórum dos Servidores pudesse aqui fazer o seu pronunciamento. Um pronunciamento que, com certeza, vai trazer para todos nós Parlamentares quais são as dificuldades que enfrentam os nossos servidores. É bom falar aqui que já houve bastante avanço.

Quando falamos do Dia do Servidor Público, não dá para deixar de lembrar de quando foi criado esse dia. Em 1943 o ex-Presidente Getúlio Vargas criou o dia através de decreto, do Decreto nº 5936, criou o Dia do Funcionário Público. Depois, no ano 1990, então esse decreto virou lei, ou então foi publicada a Lei nº 8112, que mudou para o Dia do Servidor Público.

É importante essa reflexão que fazem os servidores, e eu acompanhava hoje durante o dia, conversando com vários servidores do nosso estado, e fazia uma grande reflexão sobre essa caminhada, esses longos anos, todas as conquistas que foram obtidas, claro que todas elas graças a organização dos próprios servidores. Então, está havendo uma união muito grande, e aqui é importante dizer que vale muito o apoio que está tendo, Deputado Romanelli, queria aqui me reportar a V. Exa., um apoio muito grande aos servidores, já tivemos várias reuniões com o SindSaúde, com o SindSeab, também com a APP-Sindicato, com representantes de vários sindicatos dos servidores do nosso estado, já tivemos várias reuniões, inclusive com o Governador Requião, com os Secretários do Governo. E houve muitos avanços.

Agora, também é claro que neste dia estaremos ouvindo a pauta de reivindicação, porque houve muitas conquistas, mas ainda há muito para conquistar. Queria aqui me relacionar à questão da espera, e tenho certeza que depois o Líder do Governo falará sobre isso, a espera do decreto que discute uma grande reivindicação que é a questão da promoção e a progressão, a questão do reenquadramento dos servidores, que hoje fazem parte desse debate, dessa pauta de reivindicação dos nossos servidores.

Então, esse é um momento bastante especial para que possamos acompanhar a luta, as conquistas e a pauta de reivindicação que têm os nossos servidores, para somarmos com os servidores do nosso estado, e poder fazer com que essas conquistas se multipliquem ainda mais. E desde já quero deixar aqui o nosso apoio como Parlamentar, daquilo que estiver ao nosso alcance estamos somando, para que vocês possam ser valorizados todo dia.

Muito obrigada.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Sr. Heitor Rubens Raimundo, Diretor do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, que usará o Grande Expediente, a pedido da Deputada Luciana Rafagnin e aprovado em Plenário, quebrando o Regimento Interno da Casa. Mas é um privilégio tê-lo aqui.

Sr. Heitor Rubens Raimundo - Diretor do Sindicato Estadual dos Servidores Público da Agricultura

O SR. HEITOR RUBENS RAIMUNDO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e servidores públicos.

É uma satisfação poder, neste dia 28 de outubro, estar presente nesta Casa comemorando o Dia do Servidor, com a grande maioria dos Deputados, que também são servidores públicos, agentes políticos, e também fazer uma reflexão sobre este dia.

Temos tido uma compreensão imensa desta Casa na figura do Deputado Nelson Justus. Então, queria agradecer, em nome dos servidores públicos do estado do Paraná, esse apoio do Deputado Nelson Justus, e também a Deputada Luciana Rafagnin.

E quando fazemos esses agradecimentos já expressamos a todos os Deputados e Deputadas, independente dos impasses que tivemos durante a nossa vida funcional enquanto funcionários públicos, independente das pendências que restam ainda, estamos fazendo essa representação, em nome das 20 entidades que representam os servidores públicos, dos 17 sindicatos, quatro entidades e associações, estamos dizendo a todos os Deputados e Deputadas um muito obrigado pelo apoio que recebemos este ano. Muitos reajustes aprovados aqui, houve uma compreensão e uma dedicação de todos os Deputados e Deputadas. Queremos deixar registrado esse reconhecimento e agradecemos muito.

Fazemos uma saudação ao José Lemos que, futuramente, estará conosco aqui. E com certeza será também uma referência, como tantos outros na luta dos servidores públicos.

Cada Deputado recebeu um documento das principais pendências. Temos inúmeras outras reivindicações, mas, até o final do ano, pelo menos se não resolvidas, pelo menos encaminhadas. Esperamos que a solução saia daqui, já que historicamente a Assembléia Legislativa tem encaminhado, sim, as lutas dos servidores públicos.

Temos três pendências urgentes. A primeira é a questão da promoção. Precisamos reconhecer que houve a promoção de um setor agora e setembro, mas ficaram dois setores que não foram contemplados, que são os agentes de execução e os agentes de apoio. Vocês não imaginam a animosidade que traz, no dia-a-dia do nosso trabalho, quando se atende o pleito de uma parte e da outra não.

Tivemos reunião hoje pela manhã. O Romanelli acompanhou algumas discussões, o Tadeu Veneri também, enfim, vários Deputados que procuramos no dia-a-dia têm acompanhado esse debate. Conversamos com o Governo do Estado e parece que no dia 11, no retorno do Governador Requião, será anunciada a possibilidade de anúncio da promoção. Então, estamos fustigando os Deputados para que, no retorno do Governador Requião, dia 11, ele anuncie a promoção que está atrasada. É fundamental para os servidores públicos ter reconhecido o tempo de serviço, a sua qualificação. Se temos que prestar bom serviço público, e entendemos que precisamos prestar mais e melhores serviços públicos à população, por outro lado, é preciso que nenhum tipo de pendência, especialmente em relação à promoção e progressão, reste.

Estamos pedindo aos Deputados que façam sugestão junto à Secretaria da Administração, Maria Marta, porque achamos que se houver uma fustigação menos que mínima, mas emotivamente colocada ao Governo do Estado, talvez, no dia 11 sejamos surpreendidos com o anúncio da promoção e progressão e, com certeza, o Natal dos servidores será muito mais feliz se isso acontecer. Claro que com relação à promoção e progressão, queremos dizer que isso faz com que os servidores procurem advogados, vão à Justiça, movimentem toda uma máquina administrativa com muito mais despesas. Portanto, é justo e é legal que se faça essa promoção e progressão.

A segunda questão que trazemos aqui, também fundamental, já que se arrasta há mais de 10 anos, é a questão do enquadramento ou a situação dos desenquadrados. Parece-me que o Romanelli é um desenquadrado no estado. Ficamos sabendo que o Romanelli, inclusive, é uma pessoa que será beneficiada. Será beneficiado se resolvermos isso e, portanto, estamos contando que o Romanelli seja um grande mentor nessa luta, e tem colocado essa questão. Os servidores públicos sempre foram fomentados pelo Governo do Estado e todas as administrações sempre fizeram isso, colocaram que precisávamos voltar para os bancos escolares, nos aprimorarmos, fazer curso de formação, nos reciclarmos, enfim, fizemos isso. O movimento sindical também tem batido para os servidores dizendo: "Olha, vamos fazer cursos, vamos estudar. Isso propicia melhores serviços." E os servidores atendem há muito tempo.

Bom, mas para dar um exemplo concreto, vou usar um caso nosso: o servidor público que entrou como operário rural, numa unidade de produção de mudas florestais, foi fazer o segundo grau, teve uma oportunidade e fez o terceiro grau, também, se formou em Administração, está exercendo um papel de gestor administrativo no setor, só que recebe o salário de ingresso. Isso é injusto. Isso significa exploração do trabalho. Não é?

Então, achamos que às vezes as coisas não estão sendo bem esclarecidas ao Poder Executivo. É necessário dizer o seguinte: se devemos nos aprimorar - e entendemos que devemos isso - é preciso que o estado também faça uma mão dupla, que ele reconheça isso. A situação

dos desenquadrados neste momento é essa. Neste momento, temos no Quadro Próprio do Poder Executivo mais de 16 mil e isso não significa vultosos recursos. Fizemos um levantamento e não é tanto recurso.

Precisamos reconhecer, novamente, Deputado Justus, que a Assembléia Legislativa fez seu papel, aprovou uma lei aqui, só que logo a seguir, não sabemos o porquê até hoje, a Associação dos Procuradores - que também a Assembléia aprovou uma lei de honorários para eles e vale até hoje - entrou com uma ADIN que suspendeu os efeitos. Agora, se constrói em nível de Governo, precisamos também dizer, sabemos das dificuldades que nós temos, que a Administração Pública tem, mas a Secretaria da Administração, junto com o Secretário do Planejamento, estão construindo e já construíram uma proposta que é do cargo único, que é a solução que a Assembléia deu para os agentes administrativos das universidades estaduais, que a Assembléia deu para o seu quadro de pessoal, que a Assembléia deu, através de lei, para o Tribunal de Contas. Falta para o Poder Executivo.

Não sei de que maneira, mas que os Deputados procurem a Maria Marta para viabilizar uma legislação, pode ser do cargo único, mas que contemple os servidores e as servidoras que perderam e às vezes deixaram de criar os seus filhos para ir para uma escola. Os Deputados podem nos ajudar muito.

Gostaríamos de receber sempre salários, mas sabemos que por problemas de caixa o Governo dá gratificações. O DER tem a gratificação rodoviária, nós temos as AGE, cada setor da administração tem as suas gratificações, que não são reajustadas. O Governo reajusta os salários, mas isso ele não reajusta.

O Governo agora em retomar, por problemas atuais, a contribuição dos aposentados para a Previdência. Por que não incorporar essa gratificação? Isso vai significar aumento, porque serão 10% sobre o salário - aumenta a arrecadação da Previdência. Podemos discutir uma contribuição menor para aqueles que contribuíram há tanto com a Administração Pública. Por outro lado acabaremos criando no estado o salário. O pior é que quando se aposenta ou se morre, essas gratificações não incorporam. O servidor ganhava R\$ 1 mil, morreu, deixou viúva, e quando ela vai var ganha salário-mínimo, porque as gratificações não contribuíram com a Previdência e, portanto, não tem no salário.

Esta questão que estamos colocando ajuda o Sistema Previdenciário do Paraná neste momento. precisamos discutir esta questão e nos apropriar dela. O Governo não tem despesa nenhuma, porque ele já paga isso. A minha e a gratificação de qualquer servidor já é paga, tem o recurso e incorpora, entra no Sistema de Previdência e vai somar 10% sobre isso, que não tem, e o Governo ganha, todo mundo ganha. Se morrer ou se aposentar - é a certeza enquanto vivos - vamos ter um salário, pelo menos para deixar aos nossos filhos, descendentes, esposas e esposos, que corresponda àquilo que ganhamos.

Para encerrar, queremos fazer uma provocação também. Voltamos a frisar que reconhecemos, conforme avançamos, avança a administração também. Temos clamado aos servidores que eles precisam, a todo o momento, atender as convocações dos sindicatos, das associações, dos movimentos populares, para se envolverem nas lutas sociais e sindicais que acontecem. Precisamos ter no estado do Paraná, e há muito tempo reivindicamos um fórum de conversação com a Administração Pública. Mas que a Assembleia Legislativa também esteja presente, nomeie um representante, que se crie um fórum permanente de negociação. Nós, servidores, o movimento sindical, sempre entenderam que não queremos matar a galinha dos ovos de ouro. Queremos, em uma questão compartilhada, melhorar o serviço e as nossas condições, dentro da responsabilidade que temos que ter também na gestão pública.

Por exemplo, na questão do meio ambiente, Deputado Cheida, que o Conselho Estadual quando for discutir questão ambiental, tanto na questão dos programas de Governo, como na questão salarial do servidor, o representante do Conselho esteja lá, esteja o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, esteja o Governo do estado e estejam os servidores, enfim em todos os setores da administração. Isso vai fazer com que tenhamos uma administração compartilhada e uma responsabilização solidária nos destinos do estado do Paraná.

Seriam essas as reivindicações. Achamos que a promoção e a questão dos enquadrados e as gratificações, esperamos que ainda este ano tenhamos uma resposta. A partir de hoje, deixamos um documento, está bem explicitado, que os Deputados compreendam que queremos comemorar todo dia como o Dia do Servidor Público; todo dia com bons serviços à população. Mas, precisamos também uma tranquilidade, para que os serviços públicos, sejam de Saúde, todos os serviços públicos, sejam prestados sem a intranquilidade da falta do pão, da falta de condições.

Então, queria neste momento expressar o nosso profundo agradecimento ao Deputado Nelson Justus, à Deputada Luciana Rafagnin, a todos os Deputados que têm nos ajudado. É difícil olhar para este Plenário e dizer que algum não tenha ajudado. Todos, de uma forma ou de outra, têm contribuído. E esperamos que esse empenho continue neste final de ano e que no ano que vem possamos estar aqui no dia 28 de novo, fazendo uma grande comemoração com os Srs. Deputados.

Muito obrigado, contem com os servidores públicos e com os bons serviços públicos que queremos desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa, em nome de todos os Deputados desta Casa, solidariza-se com os Srs. servidores, bem como cumprimenta-os, e sem dúvida nenhuma oferece o seu apoio às mais justas reivindicações das senhoras e senhores.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Primeiro, queria saudar a todos os servidores públicos que comparecem aqui nesta tarde, no dia 28 de outubro, a data do servidor público. Hoje pela manhã, quando fiz a visita às instalações daquela barraca que recepcionou quem veio principalmente do interior, eu disse que ser servidor público é um grande orgulho para qualquer pessoa, porque se não fosse o servidor público não conseguiríamos ter os avanços nas políticas públicas.

Queria dizer, Sr. Presidente, Deputada Luciana Rafagnin, ao Heitor que representou aqui o Fórum das Entidades, claro, eu como desenquadrado, como disse o Heitor, sei do drama das pessoas que entraram no estado e, por conta de uma legislação extremamente complexa, acabam impedidos de ter uma progressão funcional.

Primeiro, queria dizer a todos que ser desenquadrado significa reconhecer que quem é desenquadrado é porque estudou, é porque progrediu na vida, é porque teve a capacidade de lutar e avançar. Por isso que eu, como muitos que estão aqui, que são os desenquadrados, sabemos o quanto se tem que lutar para corrigir esta profunda distorção que temos havida na Constituição de 1988.

Até a Constituição de 1988 tínhamos um regime de contrato e de seleção do servidor público que era muito diferente do que ele é hoje, e vivemos ainda um período de transição. Nosso Governo já conseguiu avançar, temos dois grandes exemplos que são absolutamente fundamentais para estabelecer o cargo único que é o que resolve, de fato, esta situação: é o Plano de Cargos e Salários do IAPAR e é o Plano de Cargos e Salários dos técnicos das universidades. São dois bons exemplos que é possível, sim, com o estudo que está sendo realizado pela Secretaria da Administração e pela Procuradoria Geral do Estado, que possamos avançar nisso.

Aliás, a comissão que esteve hoje conversando com a Secretária da Administração em exercício, a Dra. Regina Gubert, pôde ouvir dela e da Dra. Siomara, da PGE, justamente aquilo que está acontecendo e é um compromisso da Secretária Maria Marta que, como todos sabem, se houve neste estado alguém, algum Secretário ou Secretária da Administração que tivesse um sentimento a favor do servidor público, essa pessoa é a Secretária da Administração, Maria Marta. E ela tem o compromisso de resolver, até que se possa ter uma solução dessa situação que envolve os servidores, especialmente a questão dos enquadrados.

Ainda há um outro tema que foi debatido aqui, que o Heitor já antecipou a todos, mas o Governador Requião, no dia 11 de novembro, vai assinar justamente essa reivindicação que envolve a promoção e progressão dos servidores públicos do estado do Paraná. Está atrasado isso aqui? Está atrasado sim, mas no dia 11 de novembro o Governador assina o decreto e a Secretária Regina Gubert - eu conversava com ela ali enquanto o Heitor falava - ela me garantia que na parte operacional a Secretaria da Administração está preparada para poder enfrentar o desafio, mesmo pegando o final de ano, para que os efeitos financeiros possam estar acontecendo para os servidores.

Quero ainda falar sobre outro tema que foi aqui tratado, a questão das gratificações, não tenho dúvida que este é um tema complexo e temos que avançar. Avançar como? Temos que fazer uma grande revisão do nosso Plano de Cargos e Salários. É isso que vai fazer e possibilitar que possamos ter esses avanços que sejam definitivos, que incorporem na aposentadoria dos servidores. São políticas que os senhores e senhoras sabem que desde 2003 o Governo do Estado do Paraná vem promovendo uma série de ações e investimentos voltados ao funcionalismo público estadual, porque considera os servidores públicos um elo essencial entre o estado e o cidadão.

Como todos sabem, houve um tempo em que o servidor público no estado do Paraná não era tratado com respeito, era aquele período do chamado neoliberalismo, onde as pessoas não interessavam, especialmente os servidores públicos, se criava as estruturas paralelas, se terceirizava serviços, não se promovia concursos públicos para prover os cargos e os servidores de carreira eram deixados de lado. Vocês servidores sabem muito bem o que aconteceu durante este período. Eu não vou ler aqui o que preparei, o que aconteceu de 2003 para cá, as inúmeras ações, mas todos sabemos que avançamos muito. Quero dizer, Sr. Presidente, que esses avanços são fruto de uma visão que tem o nosso Governador Roberto Requião.

O Governador Roberto Requião tem tido a capacidade e a sensibilidade de poder reconhecer a importância que cada um dos servidores e servidoras têm no estado do Paraná. Do quanto é importante ganhar salário, para poder promover melhor qualidade de vida para sua família. E sabemos que o Governador, sensível do jeito que é, muitas vezes enfrentou a área fazendária que dizia: "Não dá para dar o reajuste!" E o Roberto Requião dava um murro na mesa e dizia: "Dá, sim! E nós vamos promover o reajuste". E fez tantas coisas boas neste período.

Por isso, fico feliz em poder aqui, companheiros Deputados do PMDB, da nossa base, do PT, de outros partidos que integram a nossa base, dizer que neste dia 28 de outubro nós temos, sim, o que comemorar. Fiquei muito feliz em ouvir as palavras do Heitor, representando os servidores públicos. Quantas e quantas vezes pudemos receber os servidores, aqui, claro que com um rol de reivindicações, do Fórum dos Servidores Públicos. Mas, sabemos o quanto pudemos avançar nestes últimos anos.

E sabemos que este nosso Governo tem compromisso de avançar ainda mais.

Por isso, vejo o Governo hoje, que recebeu a comissão dos servidores no Palácio. Entendo que tivemos, num determinado momento, e temos que superar isto por conta de algumas manifestações que o SindSaúde fez com um certo acirramento, nesta discussão, mas eu já disse inclusive ao SindSaúde, pessoalmente: eu não posso assumir esta condição, no nome do Governo, mas entendo que se há uma área que temos que trabalhar, na construção do Plano de Cargos e Salários, é na área da Saúde. É uma área específica, e temos que avançar para poder construir um Plano de Cargos e Salários que possa representar este segmento dos servidores públicos.

Quero dizer, para concluir, que a preocupação que temos é de poder continuar avançando. Este dia 28 de outubro, se num passado recente a data trazia à tona apenas desrespeito e desconsideração do estado para com os funcionários, hoje é de reflexão, de luta sim, mas sobretudo de comemoração. E comemoração das conquistas, do resgate do valor, da dignidade dos trabalhadores.

Era isto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado à Liderança do Partido Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna hoje para deixar registrado nos Anais desta Casa o resultado das eleições na cidade de Ponta Grossa. E naturalmente vou aqui relatar um pouco do histórico de tudo o que aconteceu naquele município.

Tivemos, no primeiro turno das eleições, seis candidatos a Prefeito, sendo três deles candidatos com maior potencial de votos. Entre eles, o Prefeito reeleito, Pedro Wosgrau Filho, que faz parte do PSDB e tem como Vice-Prefeito, que também disputou novamente como candidato a vice, o Rogério Serman, um integrante do nosso partido, o Partido Democratas.

O resultado das eleições no primeiro turno fez com que o Prefeito Pedro Wosgrau chegasse em 1º lugar, com 39,4% dos votos daquele município. Em 2º lugar, o radialista Sandro Alex, que chegou com 28,50% dos votos daquela eleição. Em 3º lugar, o Deputado Jocelito Canto, candidato a Prefeito, que fez 28,15% dos votos. O ex-Vereador Gerveson Tramontin, do PT, fez 2,8% dos votos. O Padilha, candidato do Partido Verde, fez 0,63% dos votos na cidade de Ponta Grossa. E o candidato do PSOL, o Sr. João Luiz Stefaniak, fez 0,4% dos votos.

Naturalmente os dois mais votados, o Prefeito Wosgrau e o radialista Sandro Alex, passaram para o segundo turno das eleições na cidade de Ponta Grossa. O

segundo turno é uma eleição um tanto quanto nova. Não é uma continuidade daquilo que aconteceu no primeiro turno. Muitas mudanças acontecem. Inclusive o horário eleitoral gratuito, que dá o direito a cada um dos candidatos de ter oito minutos diários para que eles possam apresentar seus projetos, propostas, para que a população possa avaliar o que um pretende e o que o outro pretende. Todos os dias da semana, de domingo a domingo, acontece o horário eleitoral gratuito. E de acordo com as pesquisas de opinião pública, quando começou o segundo turno, tivemos o Sandro Alex com mais de 12%, de acordo com as pesquisas feitas internamente pelo candidato Pedro Wosgrau. O Sandro Alex saiu com 12% na frente do Pedro Wosgrau. Passou alguns dias, novas pesquisas trouxeram uma diferença de 3%. Entre elas, no mesmo dia em que a nossa trouxe o resultado, o próprio IBOPE divulgou a pesquisa que apontou esta diferença. Então, caiu de 12% para 6%.

Agora, na sexta-feira, as pesquisas internas, de opinião pública, de consumo próprio do Pedro Wosgrau, mostravam que a diferença era de 1%. Então, naturalmente mostrava o crescimento do Wosgrau e naturalmente o Sandro Alex caía nas pesquisas, na intenção de voto. E na sexta-feira à noite tivemos o debate na Rede Globo de Televisão, com uma grande audiência. E isto fez com que as pessoas pudessem avaliar o que um pretende, o que o outro pretende, o que um já fez, o que o outro já fez, para que possam desta maneira decidir, de maneira especial, um pequeno número de indecisos que estavam ainda por decidir seu voto. E este pequeno número de indecisos iria dar a vitória, ou para um lado, ou para o outro lado.

O que aconteceu? As urnas abriram e o resultado das eleições na cidade de Ponta Grossa neste domingo apontou o Pedro Wosgrau com 52% dos votos da cidade e o Sandro Alex com 47% dos votos. Uma eleição disputada, deste o primeiro turno, quando o Sandro Alex, o Wosgrau e o Jocelito Canto disputaram, naquele momento, as eleições da cidade. E num segundo turno não foi diferente.

E é uma coisa interessante, o Prefeito eleito Antonio Belinati sabe disso, no segundo turno há uma polarização muito grande. Os eleitores votando a favor de um lado e contra o outro lado. Isso fez com que lá em Londrina a diferença fosse muito pequena e em Ponta Grossa da mesma forma. E na grande maioria dos municípios do nosso país, que teve segundo turno, a diferença foi muito pequena.

Queria deixar aqui registrada a eleição de Ponta Grossa. Na minha avaliação, uma eleição que teve um grande respeito nos meios de comunicação, tanto de um candidato como de outro, aonde um nível elevado aconteceu nesta disputa no município de Ponta Grossa, comparada com eleições passadas, as quais sempre acompanhei e uma delas disputei, na Prefeitura de Ponta Grossa. Não alcancei o sucesso mas aprendi com o resultado das urnas, naquela época. Isto fez com que tivéssemos, naturalmente,

um pouco de experiência no processo político eleitoral, no decorrer destes últimos anos.

Ontem, aqui no plenário, Sr. Presidente, teve algumas brincadeiras feitas com relação ao meu nome. Quero aqui deixar registrada nossa posição. Nossa posição é a mesma desde quando ingressei na vida pública. No ano de 1988, para que todos saibam, o nosso Partido Democratas coligou-se ao então pré-candidato Pedro Wosgrau, empresário na época, e participamos da eleição junto com ele naquele ano, e fez com que em 1988 ele alcançasse a primeira vitória para Prefeito de Ponta Grossa.

O nosso velho PFL de guerra estava lá, junto com o Wosgrau. Depois da eleição dele participamos da eleição do Paulo Cunha Nascimento. Vencemos com o Paulo Cunha. Juntos estivemos na mesma corrente política.

Veio a eleição de 1996, que disputei as eleições em nome do grupo. Não venci. O Deputado Jocelito Canto foi o grande vencedor naquelas eleições, que inclusive o Deputado Péricles, na época, disputamos os três a eleição naquele município.

Veio o ano de 2000, tivemos a eleição do nosso grupo contra os candidatos na época, Péricles e também o nosso candidato foi o Carlos Tarbanaro e, naturalmente, contra o Jocelito que estava na Prefeitura. Venceu o Péricles naquela data à Prefeitura de Ponta Grossa.

Em 2004, todos nós da mesma corrente política juntos novamente, tivemos o Wosgrau candidato a Prefeito, que disputou com o Prefeito da época, Péricles de mello, que recebia o apoio do Jocelito Canto, na época do Governador Requião de Mello e Silva e também do Presidente Lula, que apoiou a candidatura do Péricles.

Uma eleição difícil, até mais difícil do que essa, porque naquela época a diferença foi de um pouco mais de 5 mil votos. Essa eleição a diferença foi de mais de 7 mil votos. Uma eleição tão difícil quanto essa.

Agora, o que temos nessas eleições é a vitória, agora para o segundo turno, do Prefeito Pedro Wosgrau, que consegue pela terceira vez, Srs. Deputados, a eleição dentro da cidade de Ponta Grossa.

Quero deixar claro a todos, o meu lugar é aquele em que sempre estive, ao lado do Wosgrau, ao lado de todos aqueles que compõem a nossa corrente política na cidade de Ponta Grossa. Quem não esteve conosco no passado veio apoiar o Wosgrau, que é o Governador do Estado e também o seu partido, que esteve na cidade e lá disse, Deputado Dobrandino: “Estou vindo trazer, e dizer que o Wosgrau, eleito Prefeito de Ponta Grossa, vai trazer a emulsão asfáltica, o concreto asfáltico para pavimentar 250 quilômetros na cidade de Ponta Grossa.

O Prefeito que foi eleito pelo povo para administrar a cidade de Ponta Grossa, prontamente aceitou o compromisso do Requião. Se ele vai cumprir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos ver nos próximos meses. Mas, quem mudou de lado não fui eu. Eu sempre estive do mesmo lado que sempre participei. Quem mudou de lado foi o Governador Roberto Requião e o seu partido, o qual lá esteve anunciando obras para a cidade de Ponta Grossa.

Quero dizer, para finalizar o nosso pronunciamento, que o meu lado é o lado de sempre, é o lado do Beto, é o lado do Osmar Dias, é o lado que ora perde, que ora ganha. Estou na Oposição desde o momento que o nosso Governo não venceu. Tivemos como candidato, naquela época, como Governador do Estado, o Osmar Dias; venceu o Requião. Aqui estou na Oposição, mantendo a minha posição democrática de fiscalizar e cobrar as promessas que o Governador fez quando eleito. Na hora que vencermos, o nosso grupo, a nossa corrente política, as eleições no estado do Paraná, vou voltar a ser Governo e defender a nossa cidade de Ponta Grossa junto ao Governo do Estado. Agora é hora de fiscalizar e de cobrar as promessas de campanha do atual Governador do Estado do Paraná.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, viva o Wosgrau! Salve e viva a nossa cidade de Ponta Grossa!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças o PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

(Declina).

Esta Presidência não estava presente na Sessão de ontem, quero em meu nome pessoal cumprimentá-lo pela brilhante vitória que teve em Londrina. Realmente, quando as urnas falam, elas falam como desejo do povo. O povo de Londrina quer realmente o Belinati de volta. Nós aqui da Assembléia sentiremos a sua falta, mas certamente V. Exa., assim como o Prefeito Edgar Bueno, estarão sempre aqui conosco.

Parabéns, Deputado Belinati! Ficamos muito felizes com a sua vitória!

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, cumprimento os servidores públicos pelo seu dia! Uma categoria essencial e fundamental para o progresso do país, que tem uma importância sociológica, ou seja, maior do que a importância do seu trabalho, da sua ação concreta, mas também uma importância simbólica.

Sempre que participo de discussões sobre a ética na política, fala-se de uma sociedade que vai se perdendo, uma sociedade que tinha um setor muito amplo e que era representado justamente por servidores públicos civis e militares, funcionários de empresas públicas, como o Banco do Brasil, que tinham toda a sua vida calcada no público, desde o concurso que faziam e eram alçados àquela profissão pelo mérito, à ascensão profissional dentro da carreira, com um padrão de vida que em uma certa época até lembro-me dos professores quando eu estudava

em Ponta Grossa, no ginásio, quando o professor estadual tinha um padrão de vida que lhe permitia acesso aos bens culturais, a uma via digna e com um salário bem melhor do que hoje.

Essa categoria social marcava um padrão, era um reflexo e apontava para a sociedade a possibilidade dos seres humanos, dos cidadãos, no transcurso de suas vidas, terem uma relação ética com o mundo que os cerca, pelos princípios que norteavam a carreira. Esse setor no Brasil vem diminuindo numericamente, proporcionalmente, mas sabemos também que foi muito afetado pela ideologia neoliberal e também por Governos com uma ideologia que entende que o estado deve diminuir o custeio a qualquer custo e que trata os servidores de uma forma preconceituosa e, na verdade, essa forma preconceituosa está escondendo uma visão de mundo que busca a terceirização, que não acredita no papel do estado, e uma visão de mundo que está em crise.

Hoje, felizmente, no Brasil e no Paraná, não só pela condição da política econômica, vamos ver no que vai dar a crise agora, mas nos últimos anos o país vem crescendo e aumentando a arrecadação e os servidores têm sido muito respeitados - claro que a dívida com eles é enorme e não pode ser saldada em quatro, cinco ou oito anos, mas muitos avanços aconteceram no Governo Federal, como abertura de concursos públicos com contingente para fortalecer o estado brasileiro, melhoria da qualificação e da condição de trabalho dos servidores.

No Paraná também é verdade que há muitas coisas a serem conquistadas pelos servidores, mas o Governo atual já se propôs e cedeu a muitas reivindicações dos servidores, pois tivemos as conquistas dos professores do estado, para os funcionários da rede pública, da universidade e o Deputado Romanelli, Líder do Governo, acabou de anunciar desta tribuna que no dia 11 de novembro o Governador assina a regulamentação das reivindicações dos servidores públicos.

Há muito a ser conquistado. Pertencço a um partido que teve sempre uma base muito sólida ligada ao Sindicato dos Servidores e sabemos a referência da importância dos servidores para o bem-estar da sociedade brasileira como elemento simbólico na construção de uma identidade baseada na ética e nos valores societários de fraternidade.

Por isso, meus parabéns aos servidores! E queria fazer uma cobrança à Mesa, porque temos um projeto de minha autoria que está há bastante tempo na Casa, que estabelece uma regulamentação para a liberação de dirigentes sindicais, o que é uma conquista, e um Governo como o atual, um Governo que tem propostas progressistas para a sociedade, não pode, sob hipóteses alguma, trair a sua identidade. ideológica e deve apoiar um projeto dessa natureza, porque não sabemos nunca o dia do futuro, não sabemos se no dia de amanhã não pode voltar mais a sanha neoliberal de privatização das estatais, as empresas públicas, uma visão que eu já explicitiei sobre o papel dos servidores na construção da sociedade.

Acho que temos que aproveitar esse momento de bonança para que esse projeto seja aprovado, porque até hoje não existe uma regulamentação, os Sindicatos dos Servidores Públicos devem configurar consolidado em lei o direito, de conforme o número de servidores da base sindical, ter garantida a liberação de dirigentes, preservar a sua carreira quando deixar o sindicato para ter liberdade e autonomia de defender os seus representados.

O projeto que eu apresentei era a liberação de um dirigente para cada 1 mil dirigentes na base, um sindicato como a APP que está aqui - quero parabenizar no Dia do Servidor a nossa nova Presidente, Marlei Fernandes Carvalho, tive a honra e a alegria de participar de sua posse no Três Marias na noite de sábado. A APP vai ter condições de liberar, por exemplo, isso não porque o Governador quer, faz um favor digamos assim, mas garantindo em lei, qualquer que seja o Governador, a APP, que é um sindicato de extraordinária importância para os avanços que estão acontecendo na Educação, terá um liberado para cada 1 mil professores ou trabalhadores da Educação no Estado.

Por isso eu rogo ao Sr. Presidente e à Mesa da Casa, peço o apoio de todos os Parlamentares para que aprovemos esse projeto por unanimidade. Até o dia de hoje seria uma data simbólica para aprovar um projeto dessa natureza.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã eu participei de uma Audiência Pública representando a Bancada do PT, estive lá também Deputado Tadeu Veneri, alguns Deputados mandaram os seus representantes ao Comitê pela Democratização da Comunicação no Brasil. Um tema de mais alta relevância. Vários sindicatos estiveram representados, destacando a presença também da Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, que fez uma bela exposição, destacando também a Presidente do Intervenientes, chamada Raquel Bragato, uma entidade que luta há bastante tempo pela comunicação e pela democratização dos direitos à comunicação. Foi um debate aprofundado, nós sabemos que uma das graves questões que afligem a sociedade brasileira é o direito da comunicação e o monopólio das comunicações. Não existe a democratização verdadeira das comunicações no Brasil.

E é uma coisa que mexe com muitos interesses consolidados há longo tempo na sociedade brasileira, mesmo um partido como o PT, que desde a sua fundação teve como um dos princípios a luta pela democratização da comunicação no Brasil, chegamos a ter o Presidente da República e não conseguimos avançar naquilo que era necessário. Muitas coisas avançaram, mas não aquilo que nós sonhávamos. A Constituição Brasileira que tem princípios que não são seguidos, por exemplo, princípio de que políticos por representação não podem ser Diretores ou proprietários de concessão pública. Sabemos que vários políticos usam dos maiores disfarces, são proprietários e dirigem empresas de comunicação, traindo a Constituição. Existe em todo lugar. Ou seja, tinha que haver fiscalização dos princípios da Constituição Brasileira, e não acontece.

Sabemos também que 11 famílias dominam basicamente as grandes redes de comunicação nacional, grupos de comunicação com emissoras de televisão, de rádio FM, rádio AM, não há um controle; as concessões vencidas continuam no tempo, não há regulamentação. E esse Fórum, hoje, defende a democratização, luta há bastante tempo, já há seis anos de forma organizada esse comitê, e tem uma série de reivindicações a fazer ao Governo Federal e ao Ministro das Comunicações. As concessões devem seguir critérios técnicos, devem ser critérios mais públicos, não apenas subordinados ao poder econômico, ao poder político, e as manobras políticas inclusive que acontecem a nível federal, ainda acontecem, infelizmente, Deputado Welter, apesar do Governo ser o nosso Presidente, para conseguir concessão de rádios e canais de televisão.

As rádios comunitárias são perseguidas de todas as formas, quando, às vezes, é o único canal de comunicação que um comunidade tem. Muitas cidades do Paraná só têm uma rádio comunitária, e essas rádios são perseguidas e impedidas de funcionar. Fui em rádio de assentamento de Tibagi, um canal de comunicação para centenas de famílias. Quando se tentou uma rádio em Ponta Grossa, se impediu. Aí a Justiça é o tacho, agilidade.

Agora, as legalidades mais profundas que se relacionam aos grandes grupos, parece que o Governo fica de olhos fechados e as transformações não acontecem.

Na Europa temos empresas pública e estatais que disputam o espaço da comunicação com as empresas comerciais. No Brasil, para se conseguir uma empresa pública, a crítica foi enorme. Quem acompanhou na grande imprensa nacional, o ataque ao Ministro foi total para que não houvesse a constituição da Rede Brasil de Televisão, que é uma empresa pública.

Apresentaremos uma moção de apelo ao Governador Roberto Requião e para o Presidente Lula, que convoque para o ano que vem a Conferência Nacional das Comunicações. Teremos uma audiência com o Governador Roberto Requião para convocar uma Conferência Estadual no ano que vem. Isso analisado com os participantes que estavam lá, para ter uma ação mais permanente. Foram essas as decisões principais que aconteceram na manhã de hoje, e venho aqui saudar, porque é um momento importante. O direito à comunicação deve ser saudado e levado a uma condição de direito humano, porque é um direito que permite que os cidadãos conquistem e assegurem outros direitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PSDB, PDT, Liderança do Governo.

(Declinam)

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero lembrar que, na última semana, fizemos algumas cobranças em relação aos pedidos de informações. O Presidente Nelson Justus, com toda certeza, está encaminhando as providências para que possamos receber essas informações, com relação às multas aplicadas ao porto de Paranaguá que, até o presente momento, não recebemos.

Pedimos ao Líder do Governo algumas explicações sobre a Resolução nº 1153, de 1º de outubro de 2008, da ANTAQ, que determinava, no seu artigo 1º, a instauração de processo administrativo contencioso para apuração de supostas irregularidades, considerando que consta no processo tal. É em relação ao porto de Paranaguá. Pedi ao Líder do Governo que ele trouxesse as informações com relação a essa resolução. Se ele não as conseguisse, iríamos entrar com um pedido de informações.

Ontem, o Deputado Romanelli usou esta tribuna e fez considerações em relação a esta Resolução da ANTAQ, nº 1153, à qual nos referimos na semana passada, e nos entregou uma vasta documentação.

Quero dizer ao Presidente, aos Srs. Deputados, que esta resolução está baseada num relatório de fiscalização realizada no porto de Paranaguá pela ANTAQ. Esse relatório é em consequência do Processo nº 50300.000107 2008-15. É o mesmo processo que a resolução publicada no Diário Oficial, no dia 3 de outubro de 2008, da ANTAQ, e esta resolução é de 1º de outubro. Esse trabalho de fiscalização feito pela ANTAQ é do dia 5 de maio. O que consta neste relatório da ANTAQ? Quais as irregularidades constatadas? Quais as correções que a APPA teria que fazer no porto de Paranaguá? São inúmeras. Ora, se a ANTAQ estava amparada e apurando as possíveis irregularidades elencadas no processo que fiz referência anteriormente, é em relação a este processo que a ANTAQ fez o trabalho de fiscalização no porto de Paranaguá.

Deputado Romanelli, V. Exa. chega agora no plenário, recebemos, no dia de ontem, o relatório que o senhor nos entregou em relação à Resolução da ANTAQ nº 1153. Recebemos o documento e constatamos, efetivamente, que o trabalho, ou seja, essa auditoria ou este relatório de fiscalização feito pela ANTAQ, ela emitiu um documento para a APPA, a APPA não deve ter cumprido com as determinações, porque senão não teria baixado esta resolução. Esta resolução se baseia neste processo, Deputado Romanelli.

Queremos saber o que a APPA não cumpriu; quais os itens que ela não cumpriu; o que ela deixou de cumprir. Não está elencado, Deputado Romanelli. E mais: todas as folhas estão numeradas, mas estão faltando as folhas nº 08 e nº 10. Então, duas folhas que fazem parte do relatório da ANTAQ, que foi encaminhado à nossa

pessoa, todas numeradas, mas não estão neste processo as folhas, 08 e 10.

A dúvida que temos é em relação a esta resolução. A ANTAQ fez o trabalho, fez o relatório de fiscalização, o Governo, por meio da APPA, não deve ter cumprido e, por esta razão, veio esta resolução.

Então, precisamos saber, efetivamente, o que pede esta resolução, quais as determinações, o que o Governo tem cumprido por meio da APPA, e o que o Governo não tem cumprido. São essas informações que precisamos saber. Quero dizer que estranhamente - sei que o Líder do Governo não tem culpa nisso - faltam duas folhas numeradas neste relatório que foi entregue para nós. Para o bem da verdade, para que não fique dúvida nenhuma, é necessário que recebemos essas folhas. Junto com as folhas que venham também as informações necessárias para que possamos saber por que é que existe esta resolução da ANTAQ.

Seriam essas colocações, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Gostaria de deixar registrado em tempo, também, que reafirmamos novamente que não recebemos. Espero que o Líder do Governo, que tem sido muito prestativo - estamos tendo um relacionamento muito amistoso aqui na Casa - que tem procurado responder rapidamente, espero que ele possa intervir, para que possamos receber o mais rápido possível as informações, em relação aquele pedido de informações que também não recebemos.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, não sei de qual pedido de informações que V. Exa. está falando agora.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

E em relação às duas multas. Mas esse foi um pedido de informações aprovado pela Casa, que a Assembleia enviou. Encaminhamos isso para o Presidente Nelson Justus, na semana passada e com toda certeza as providências já foram tomadas.

Não é um entendimento de V. Exa. Foi aprovado no Plenário. Mas, como V. Exa. sempre foi muito prestativo conosco, em um entendimento, no pedido de informações, muitas vezes retiramos e V. Exa. tem trazido as informações para os Parlamentares desta Casa. Da mesma forma, espero que V. Exa. possa também ser prestativo, e fazer com que a APPA possa nos informar o mais rápido possível, em relação aquele pedido de informações, porque esse é oficial. Que nos providencie aquelas das folhas que não fazem parte deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sugiro que os dois líderes sentem e discutam. Tenho certeza que encontrarão a melhor maneira de satisfazer o anseio de ambos.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. tenho o maior prazer em poder atender as demandas, que são trazidas pelo Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch. Mandeí conferir no original, na Liderança do Governo, que se ao tirar o xerox alguém, um dos estagiários, não cometeu o erro de ter retirado alguma página. Muito provavelmente, na minha avaliação deve ter sido isso que aconteceu.

O objeto da questão é de fato a concessão feita pela APPA, a TRANSPETRO, por conta de que a ANTAQ queria que houvesse um procedimento licitatório, em que as empresas privadas pudessem participar. O Governo entendeu de que como há um interesse público e a TRANSPETRO é uma empresa pública, explora esse terminal há mais de 20 anos, o Governo entendeu por conceder a TRANSPETRO, que é empresa da PETROBRAS, nacional, que é do Governo Federal, a concessão. Foi isso que aconteceu efetivamente e é o que consta nesse relatório. V. Exa. deve ter lido esse relatório, que é muito mais amplo do que isso, porque contém uma série de outras informações. O tema concreto em relação a isso, o próprio relatório já diz que é exatamente isso.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Dizer que o relatório feito pela ANTAQ elenca 30 itens. Dos 30 itens, que ela tenha elencado alguns, com certeza, devem ser atendidos e outros não. Mas, saiu essa resolução. É importante que possamos saber quais foram os itens efetivamente atendidos. Espero que, possamos receber nas primeiras horas essas duas folhas, para que possamos fazer o trabalho final, para analisar o levantamento que também estamos fazendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, imaginei que o Líder do Governo iria comentar a respeito da instalação do Comitê, feito hoje pelo Governador em exercício, Orlando Pessuti.

Cedo a oportunidade a V. Exa. para que aproveite a oportunidade, Deputado Romanelli, de justificar a ausência do Deputado Augustinho Zucchi, que representa esta Casa, no Rio de Janeiro, em uma reunião que está acontecendo, agora, a respeito exatamente da possível vinda da Copa do Mundo, em 2014, para o nosso estado.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)*****O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, agradeço a deferência, porque eu estava no comitê de imprensa, quando V. Exa. me chamou pelo horário da Liderança do Governo. Como eu havia falado no horário da Liderança do PMDB, em relação à questão do servidor público, não pude naquele

momento estar aqui na tribuna. Mas queria agradecer muito esta oportunidade e relatar a esta Casa, primeiro agradecer a todos os Parlamentares que puderam comparecer hoje, inclusive os Parlamentares da Oposição porque o convite foi dirigido a todos desta Casa, independente se o Parlamentar é da base do Governo ou de Oposição. Todos que foram lá puderam de fato presenciar a instalação pelo Governador em exercício Orlando Pessuti, do Comitê Executivo Gestor da Copa do Mundo de 2014. É uma Comissão formada por representante da sociedade civil organizada, um representante da Prefeitura Municipal de Curitiba e com representantes do Governo do Estado. Além, é claro, da Federação Paranaense de Futebol.

Tivemos lá a presença além do Presidente Nelson Justus, representando formalmente a Assembleia Legislativa, tivemos a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, João Cláudio Derosso. Tivemos a presença do Prefeito de Curitiba Beto Richa, de diversas outras pessoas do mundo futebolístico. Presidente do Conselho do Atlético, enfim, tivemos uma reunião representativa demonstrando os esforços que os paranaenses estão fazendo para que possamos de fato ter essa conquista. De fazer com que em 2014 o Paraná possa novamente sediar a Copa do Mundo. Para quem não sabe, em 1950 o Paraná foi uma das subseções da Copa do Mundo. Se não me falha a memória foi no Estádio Dorival de Brito.

O que vi hoje foi muito importante. O projeto que foi apresentado tanto pelo Secretário Celso Caron, nosso Secretário de Estado do Turismo, como o que foi apresentado pelo IPPUC, que apresentou o projeto que foi levado a CBF, que está sendo trabalhado justamente com a Associação de infra-estrutura. Dos desafios que temos, tanto do setor privado como público. O que representa a Copa de 2014 para o nosso estado, é uma coisa em termos de movimentação, inclusive da possibilidade, temos que integrar inclusive os estados vizinhos. Por exemplo, uma das seleções que terá jogo aqui na Arena em Curitiba, poderá ela ficar como sede em Francisco Beltrão, ou Joinville, ou em Londrina, Ponta Grossa. Dependendo das condições que cada uma das cidades possa ofertar às seleções dos países que virão jogar aqui.

Teremos que ter pelo menos, 30 mil leitos disponíveis para que possamos abrigar as pessoas que virão para o estado durante o período da realização dos jogos. É uma infra-estrutura grande, mobiliza muita gente. Mobiliza comercialmente a cidade de Curitiba, o estado do Paraná e a região sul como um todo. Para nós é muito importante essa conquista.

Hoje, a Assembleia é representada pelo Deputado que é Vice-Presidente desta Casa, Augustinho Zucchi, que viajou com o Vice-Governador. Governador em exercício Orlando Pessuti, Presidente da Federação e com os demais

integrantes do Comitê Gestor da Copa de 2014, viajaram para ter uma audiência agora às 17h com o Presidente da CBF Ricardo Teixeira, para que possamos demonstrar a unidade do Paraná acima de tudo na conquista dessa sub-sede em 2014 e, ao mesmo tempo demonstrar o quanto estamos preparados para receber esta competição.

E hoje verificamos tanto pelo discurso do Governador em exercício, Orlando Pessuti - representando o Governador Requião nessa reunião - como do Prefeito de Curitiba, Beto Richa, verificamos que temos absoluta sintonia com os interesses dos paranaenses que estão acima de divergências, pelo contrário, verificamos que há uma grande união para que possamos buscar essa conquista. Tanto que os membros que foram nomeados pelo Governador são pessoas que integram a Administração Municipal de Curitiba como integram a Administração Estadual como a sociedade civil organizada, ao mesmo tempo as equipes técnicas trabalham juntas, tanto nos espaços físicos públicos da Prefeitura, ou seja o IPPUC ou seja a Secretaria de Estado do Turismo, no caso do Governo do Paraná. Temos perfeita sintonia, esta unidade está conquistada temos agora que nos mobilizar, trabalhar.

Haverá uma reunião em Brasília aonde os Senadores do Paraná, Osmar Dias, Álvaro Dias e Flávio Arns serão acionados bem como os 30 Deputados Federais que integram a nossa Bancada, para que possamos nos articular e garantir que o Paraná possa ser uma sub-sede, que Curitiba possa fazer esse grande evento que é importante para o esporte, para o comércio, para a indústria, para nossa cidade de Curitiba e para nossa região.

Por isso, queria saudar a todos que lá estiveram, depois o nosso Governador em exercício, Orlando Pessuti recebeu, de forma indistinta a todos que foram lá, os Vereadores de Curitiba que também participam em grande número, foi muito importante isso. Encontrei lá o meu amigo, Mário Celso, que é o Líder do Governo na Câmara Municipal que como eu também muitas vezes enfrenta esses desafios, mas sabemos que temos aqui uma grande tarefa pela frente. Em março de 2009, se Deus quiser, quero vir a essa tribuna, Presidente Nelson Justus e anunciar a todos essa grande conquista do Paraná.

Parabéns ao Governador em exercício, Orlando Pessuti que, mais uma vez, demonstrou e está demonstrando que foi muito acertada a condução dele à coordenação desse trabalho, dessa Comissão gestora que foi hoje instalada. Acertou o Governador Requião, Pessuti é o homem do diálogo, da articulação e o que precisamos num momento como esse é um craque como ele que gosta de futebol - atleticano que é, palmeirense que é, como eu - mas, que fundamente quer que possamos ter essa grande vitória para o Paraná que é sediar aqui a Copa do Mundo.

Parabéns Presidente Nelson Justus, também hoje arrancamos lá um compromisso do Presidente do Atlético, Fleury, que garantiu que o nosso clube não cai para a segunda divisão.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, informando que o Deputado Professor Luizão estará afastado dos trabalhos legislativos nesta Casa, pelo período de 15 dias, para tratamento de saúde, por orientação médica. **À Diretoria Legislativa, para informar.**

Indicação nº 306/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a implantação de um poço artesiano na APAE, localizada no município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2903, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, justificando sua ausência em plenário no dia 28/10/08, para participar de reunião previamente marcada com Secretários de Estado. **À Diretoria Legislativa, para informar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 256/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/08, que estabelece a Política de Turismo do Paraná, que se constitui em um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no estado do Paraná, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população. **Aprovada. (Publ. no DA nº 065/08, de 10/06/08, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 382/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o SISALON - Sistema Integrado de Saúde de Londrina, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/08, de 15/09/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 383/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Localidade de São Pedro do Capiuru - AMSPC, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 383/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Localidade de São Pedro do Capiuru - AMASPC, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/10/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, os Projetos anexos nºs 042/08 e 330/08, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos na forma que menciona. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Aprovado o projeto, artigo por artigo. Em votação o substitutivo geral da CCJ. **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que obriga os fornecedores de serviços no âmbito do estado do Paraná a disponibilizarem nas faturas seus endereços completos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCD, CAICTM E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/07, de 09/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 491/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo obrigar os fornecedores de serviços no âmbito do estado do Paraná a disponibilizarem nas faturas seus endereços completos.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/08/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 491/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Artagão Júnior submete à apreciação desta Casa de Leis projeto que, se aprovado, obrigará os fornecedores a disponibilizarem os endereços completos de seus estabelecimentos comerciais, facilitando muito a comunicação entre consumidor e fornecedor, evitando muitos contratemplos.

É fato que hoje em dia o consumidor tem muitas dificuldades em estabelecer um canal de comunicação com um determinado fornecedor, justamente, pela falta de endereço ou pela falta de dados que o complementa.

O colega, Artagão Júnior, como sempre, comprovou sua inteligência ao elaborar o texto do projeto que estamos apreciando. Não haverá impacto financeiro aos cofres públicos, assim como, nenhum prejuízo acarretará ao fornecedor. Pelo contrário, muitos benefícios serão acrescentados à relação de consumo, pois o consumidor saberá realmente onde encontrar seus fornecedores, isso, graças à grande visão de homem público do Artagão Júnior.

Meu parecer é pela aprovação do Projeto nº 491/07.

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 491/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a obrigatoriedade por parte dos fornecedores de serviços no estado do Paraná, de fornecerem, nas faturas que emitem, o endereço completo de suas instalações comerciais.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a este projeto nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/02/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
PEDRO IVO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 491/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a obrigatoriedade por parte dos fornecedores de serviços no estado do Paraná, de fornecerem, nas faturas que emitem, o endereço completo de suas instalações comerciais.

Tendo em vista que o texto do projeto não define gastos diretos por parte do Poder Público Estadual, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário. Desnecessário, então, o acompanhamento de demonstrativo de gastos.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12/12/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que concede desconto de 50% (cinquenta por cento), em eventos culturais artístico para doadores de medula óssea. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. (Publ. no DA nº 091/08, de 13/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI Nº 584/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo conceder desconto de 50% para doadores de medula óssea em eventos culturais artísticos.

Com relação à legalidade e constitucionalidade do projeto, encontramos respaldo no artigo 24 da Constituição Federal, que grande ao estado a competência concorrente para legislar sobre proteção e defesa da saúde.

Art. 24 Compete a união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Desta forma, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 19/09/07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 584/07

P A R E C E R :

Para análise dessa comissão o Projeto de Lei nº 584/07 que concede desconto de 50% (cinquenta por cento), em eventos culturais artístico para doadores de medula óssea.

A competência da presente comissão consta do parágrafo 8º do artigo 33 do Regimento Interno.

§ 8º À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

A proposição sob análise é meramente autorizada, havendo uma contradição entre a súmula e os artigos do projeto.

Nos termos da súmula o desconto é concedido, mas os artigos apenas autorizam o Poder Executivo a promover o desconto. Esta aparente contradição pode ser superada por emenda a ser apresentada pelo próprio autor ou por ocasião da redação final.

Há dúvidas sobre a possibilidade constitucional de vincular a doação de medula à concessão de benefícios econômicos, no entanto, esta questão foi analisada e superada pela CCJ.

O parecer inicialmente apresentado pela CCJ aponta diversas restrições constitucionais e legais quanto ao tema, em especial a vedação à comercialização e órgãos e tecidos.

Projetos similares a este foram apresentados e praticamente todos foram rejeitados pelas comissões permanentes da Assembléia Legislativa.

O fato de ser um projeto autorizativo é de eficácia limitada e dá ao Chefe do Executivo amplos poderes para regulamentar a matéria, inclusive, quanto à origem dos recursos para financiar este benefício, de tal forma que não onere os demais usuários.

Em que pese as considerações supra a proposição pode seguir sua tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16/10/07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
TADEU VENERI - Relator

Em discussão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Esse projeto de minha autoria e de também do Deputado Ney Leprevost, acabei de encaminhar um requerimento pedindo que seja retirado por cinco Sessões. Vamos fazer algumas alterações para que o mesmo volte ao plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2932, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.** Fica portanto adiada a discussão, a pedido do autor por cinco Sessões.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Presidente Nelson Justus, a nossa bancada: Deputada Cida Borghetti, Ney Leprevost, Duílio Genari e eu, a Bancada do Partido Progressista me incumbiu de pedir o registro na ata dos trabalhos do louvor, do reconhecimento, da homenagem também do Partido Progressista a todo servidor público. Hoje é o Dia do Servidor Público, uma categoria que é muito importante para a vida de todo cidadão brasileiro. Nosso respeito, com os votos de que Deus cubra com chuvas de bênçãos cada servidor público, cada servidora pública, que com amor têm cumprido sua missão servindo a cada paranaense, servindo os brasileiros. Parabéns aos servidores públicos nesta data a eles dedicada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Na esteira dos cumprimentos de V. Exa. a Mesa cumprimenta também o aniversariante do dia, Deputado e Presidente da CCJ, Durval Amaral.

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2912, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Plauto Miró e um ilegível, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para discutir)

Sr. Presidente, temos hoje dois requerimentos que são assinados pela Oposição. Um deles faço questão absoluta de aprovar e não precisa nem aprovar o requerimento que vou encaminhar, que é a questão que envolve naturalmente as informações sobre a nossa querida

reforma tributária. Acho que o pedido está muito bem fundamentado, entendo que são informações relevantes e também entendo que todas as informações sobre reforma tributária devem ter absoluta transparência.

Agora, esse requerimento que V. Exa. está falando, Deputado Rossoni, pediria que o Deputado Elio Rusch, para manter aqui o alto nível de relacionamento que temos, que ele retirasse o requerimento. Não vou nem me referir ao que é, porque, como é uma provocação, pediria que o Deputado Elio Rusch retirasse esse requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Vamos atender a solicitação e espero que o Deputado Romanelli possa trazer, informalmente, as informações.

Obrigado.

Requerimentos nºs 2913 a 2915, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2919, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2920, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Valdir Rossoni, Plauto Miró, Ademar Traiano e Marcelo Rangel, Bancada de Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2921 a 2926, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2931, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/07

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 649 e 864/07

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 086, 119 e 142/07

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1332/08**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8707, datado de 08/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NEUCI PALOTA, matrícula nº 40541, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NBB-03, com lotação na Coordenadoria da Ata, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1333/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8501, datado de 01/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ANNIBAL DUMONT, matrícula nº 40151, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, exercendo do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 041, de 31/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Portarias**PORTARIA Nº 0260/08**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8892, datado de 14/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar em favor de ADILES SANTINA BERALDIN MARTINS, matrícula nº 40567, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Diretoria Administrativa, o tempo de 04 anos, 05 meses e 11 dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, em que trabalhou na Arthur Lundgren Tecidos S/A Casa Pernambucanas, no período de 17/10/77 a 27/12/77 (02 meses e 11 dias); na Curitiba 3 Distribuidor Público, período de 02/01/79 a 01/04/83 (04 anos e 03 meses), nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0261/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8911, datado de 14/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de DANILO CERQUEIRA LEITE JUNIOR, matrícula nº 333, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-06, com lotação no Serviço Médico Administrativo, o tempo de 01 (um) ano, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 10/03/85 e 10/03/95, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 262/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Outubro/08

217 - Katia Maria Trinkel Brunetti

607 - Juliane Ferreira Leite

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 263/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Outubro/08

40018 - Marlene Aparecida do Vale

40113 - Francisco Ricardo Neto

40265 - Mario Cezar Cruz

40268 - Rubens Gorny Filho

40298 - Cleonir Luiz Calgarotto

40335 - Rosa Maria Bassetti Moraes

40339 - Aglair do Rocio Brusamolin

40437 - Marilene Bochnia Schaffer

40566 - Ernestina Chuz

40607 - Delora T. F. do Amaral Carvalho

40689 - Maria Elizabeth Guthier Camati

40696 - Rita de Cassia Mayer Visovaty

40733 - José Estevão dos Santos

40951 - Izabel Leme Perin

40986 - Sandro Roberto Cornelio da Silva

40999 - Elaine E. de Albuquerque Maranhão

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativa:**Termo Aditivo de Contrato**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE
COMODATO E OUTRAS AVENÇAS

1º Termo Aditivo

Protocolo: 8319/08

Data: 18/09/08

COMODANTE:

Café Automatic Ltda., com sede à rua Ernesto Durigan, nº 105 nesta capital, inscrita no CNPJ nº 02.887.197/0001-14, neste ato apresentada pelo Sr. Aldo César Picanço Braga;

COMODATÁRIA:

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede à Pça. N. Sra. da Salete, s/n, inscrita no CNPJ nº 77.799.542/0001-09, com sede e foro em Curitiba/PR, neste ato representada pelo Sr. Diretor Geral desta Casa, Dr. Abib Miguel;

PRAZO:

O presente contrato estará em vigor de 03/10/08 a 03/10/09.

As demais cláusulas permanecem inalteradas à luz da Lei nº 8666/93 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

Curitiba, 03/10/08.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

